

---

### CAPÍTULO 3

*Museologia e educação popular legitimam-se por sua vez demonstrando o drama do deslocamento do tecido social, da desintegração dos corpos sociais no decorrer das transformações recentes das sociedades. A ideia de museu torna-se incômoda porque o que está em jogo é abolir ativamente, continuamente, os desvios entre a realidade económica e tecnológica e a maneira de pensar e de viver essa realidade. Ao investir na memória do social, o «trabalho social» ganha uma nova perspectiva.*

**Pierre Jeudy**



### 3. ANÁLISE DO PROJECTO DO ECOMUSEU DA MURTOSA

A presente dissertação tem como estudo de caso o «Projecto do Ecomuseu da Murtosa» desenvolvido pelo Centro de Estudos de Sociomuseologia da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias em parceria com a Geoideia – Estudos de Organização do Território, Lda. –, a pedido da Câmara Municipal da Murtosa que tinha por objectivo recuperar o seu museu municipal e requalificar o património local.

O Centro de Estudos de Sociomuseologia apresentou à C.M. da Murtosa um projecto inovador que articulava a promoção de actividades culturais para a comunidades local com a promoção de actividades turísticas; serviços educativos com serviços de usufruto lúdico/didácticos do território humanizado da Ria; assim como a (re)descoberta dos patrimónios moliceiros com a resignificação deste mesmo património.

O interesse pelo projecto do Ecomuseu da Murtosa deve-se ao seu carácter original e inovador, na medida em que toda a sua programação está assente na ideia de serviços. Parece-nos ser de extrema importância pensar o museu como instituição tão comprometida socialmente que se pensa e organiza como entidade prestadora de serviços socioculturais para as suas comunidades e para os seus utilizadores, actuando como vector estratégico no processo do desenvolvimento local.

Convém salientar que o projecto entregue à Câmara Municipal da Murtosa era um documento de trabalho sucinto que optou por uma intervenção directa esclarecendo as opções tomadas, não evidenciando as opções conceptuais e metodológicas adoptada para se chegar a tais decisões. Evidente está que estas opções tiveram por base o conhecimento profundo da equipa da teoria museológica contemporânea que sustentou o projecto em causa.

O projecto museológico apresentado à Câmara Municipal da Murtosa tem por base o essencial da teoria museológica contemporânea que se estrutura a partir da função social do museu, da democratização do acesso ao conhecimento e aos processo de partilha de poder, socialização do bem cultural, o reconhecimento da

novas categorias de património e do alargamento das funções e comprometimento dos museus.

Por tudo isso fez-se a opção de analisar o «Projecto do Ecomuseu da Murtoosa», elaborado pelo CESM, como forma de evidenciar as suas opções, revelando o quadro teórico que o sustenta. Permitindo também que nos fôssemos questionando ao longo de todo o trabalho sobre o papel e a contribuição das noções de Ecomuseu e de Nova Museologia.

### 3.1. ENQUADRAMENTO REGIONAL DO CONCELHO

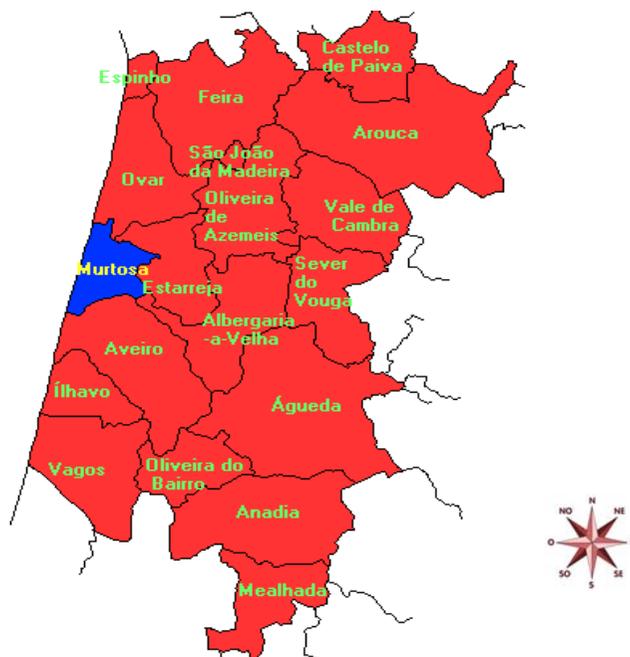
Em relação ao concelho que abrigará o ecomuseu, a Murtoosa, é possível dizermos que este se insere numa área bem mais vasta conhecida como Ria de Aveiro, localizada junto ao mar na faixa litoral oeste. Esta área possui condições naturais como: a proximidade do litoral, como as praias e os cordões dunares; a presença da laguna, as particularidades paisagísticas e morfológicas. Possui ainda alguns factores que poderão potenciar as actividades turísticas/ culturais/ museológicas que se venham a desenvolver nesta área como: as condições de acessibilidade, o funcionamento de uma série de actividades económicas e a existência de um empreendimento turísticos

Para situarmos o espaço sócio-económico onde se vai desenvolver o Museu, citamos de seguida alguns dados apresentados no documento entregue na Câmara Municipal da Murtoosa e elaborado pela Geoideia.

A Ria está enquadrada por sete concelhos: Albergaria-a-Velha, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Ovar, Vagos e Murtoosa. Em 1997, segundo estimativas do INE, residiam, no conjunto dos sete concelhos, cerca de 237.000 habitantes numa área de aproximadamente 928 Km<sup>2</sup>, o que se traduz numa densidade populacional de 255,3 habitantes por Km<sup>2</sup>, sendo que a densidade populacional média no país é 108 hab/Km<sup>2</sup>. Entre 1991 e 1997 a Murtoosa, assim como os outros 06 concelhos, registou um pequeno acréscimo populacional, contrariando assim as estatísticas referentes

à região centro que tem apresentado um saldo de crescimento negativo.

### Mapa nº 3: Localização do Concelho da Murtosa



Fonte: Base Cartográfica, Atlas do Ambiente, 1999.

O aumento da população residente é resultado, principalmente na década de 80, do crescimento natural da população que foi sempre superior aos saldos migratórios. O caso da Murtosa é diferente, pois entre 1981 e 1991, perde população pelo facto de apresentar tanto um crescimento natural como um saldo migratório negativos. Entre 1991 à 1997 apresenta um acréscimo populacional

resultante de saldos migratórios positivos, uma vez que o seu crescimento natural se mantém negativo, situação muito particular ao concelho da Murtosa e que não se verifica nos outros concelhos da Ria de Aveiro.

**Quadro nº 9: População residente - 1981, 1991, 1997<sup>39</sup>**

|                    | 1981        | 1991        | 1997        | Variação média anual |             |
|--------------------|-------------|-------------|-------------|----------------------|-------------|
|                    |             |             |             | 1991/81              | 1997/81     |
| Albergaria-a-Velha | 21326       | 21995       | 22650       | 0,31                 | 0,05        |
| Aveiro             | 60284       | 66444       | 68900       | 1,02                 | 0,62        |
| Estarreja          | 26261       | 26742       | 27540       | 0,18                 | 0,50        |
| Ílhavo             | 31383       | 33235       | 35650       | 0,59                 | 1,21        |
| <b>Murtosa</b>     | <b>9816</b> | <b>9579</b> | <b>9640</b> | <b>-0,24</b>         | <b>0,11</b> |
| Ovar               | 45378       | 49659       | 52470       | 0,94                 | 0,94        |
| Vagos              | 18548       | 19068       | 20100       | 0,28                 | 0,90        |
| Baixo Vouga        | 336637      | 350424      | 362560      | 0,41                 | 0,58        |
| Região Centro      | 1763119     | 1721650     | 1710390     | -0,24                | -0,11       |
| País               | 9833014     | 9867147     | 9957270     | 0,03                 | 0,15        |

Fonte: INE

<sup>39</sup> Nota: todos os quadros neste capítulo são extraídos do Projecto para o Ecomuseu da Murtosa

**Quadro nº 10: Movimento da população, 1981/91**

|                    | Crescimento efectivo |              | Crescimento natural |              | Crescimento migratório |              |
|--------------------|----------------------|--------------|---------------------|--------------|------------------------|--------------|
|                    | saldo                | taxa         | saldo               | taxa         | saldo                  | taxa         |
| Albergaria-a-Velha | 669                  | 31,4         | 833                 | 39,1         | -164                   | -7,7         |
| Aveiro             | 6160                 | 102,2        | 3106                | 51,5         | 3054                   | 50,7         |
| Estarreja          | 481                  | 18,3         | 672                 | 25,6         | -191                   | -7,3         |
| Ílhavo             | 1852                 | 59,0         | 1805                | 57,5         | 47                     | 1,5          |
| <b>Murtosa</b>     | <b>-237</b>          | <b>-24,1</b> | <b>-101</b>         | <b>-10,3</b> | <b>-136</b>            | <b>-13,9</b> |
| Ovar               | 4281                 | 94,3         | 2477                | 54,6         | 1804                   | 39,8         |
| Vagos              | 520                  | 28,0         | 529                 | 28,5         | -9                     | -0,5         |
| Baixo Vouga        | 13787                | 41,0         | 12893               | 38,3         | 894                    | 2,7          |
| Região Centro      | -41469               | -23,5        | 16387               | 9,3          | -57856                 | -32,8        |
| País               | 34133                | 3,5          | 31543<br>1          | 32,1         | -281298                | -28,6        |

Fonte: INE

**Quadro nº 11: População residente segundo a dimensão dos lugares, 1991**

|                    | Em localidades até 1999 hab. |             | Em localidades de 2000 a 4999 hab. |            | Em localidades de 5000 a 9999 hab. |            | Em localidades de 10000 a 19999 hab. |            | Em localidades c/ 20000 e + hab. |            | População isolada |            |
|--------------------|------------------------------|-------------|------------------------------------|------------|------------------------------------|------------|--------------------------------------|------------|----------------------------------|------------|-------------------|------------|
|                    | Nº                           | %           | Nº                                 | %          | Nº                                 | %          | Nº                                   | %          | Nº                               | %          | Nº                | %          |
| Albergaria-a-Velha | 17364                        | 78,9        | 4031                               | 18,3       | 0                                  | 0,0        | 0                                    | 0,0        | 0                                | 0,0        | 600               | 2,7        |
| Aveiro             | 25943                        | 39,0        | 6232                               | 9,4        | 0                                  | 0,0        | 0                                    | 0,0        | 32847                            | 49,4       | 1422              | 2,1        |
| Estarreja          | 23095                        | 86,4        | 3488                               | 13,0       | 0                                  | 0,0        | 0                                    | 0,0        | 0                                | 0,0        | 159               | 0,6        |
| Ílhavo             | 6062                         | 18,2        | 3488                               | 10,5       | 0                                  | 0,0        | 23659                                | 71,2       | 0                                | 0,0        | 26                | 0,1        |
| <b>Murtosa</b>     | <b>9472</b>                  | <b>98,9</b> | <b>0</b>                           | <b>0,0</b> | <b>0</b>                           | <b>0,0</b> | <b>0</b>                             | <b>0,0</b> | <b>0</b>                         | <b>0,0</b> | <b>107</b>        | <b>1,1</b> |
| Ovar               | 26042                        | 52,4        | 6266                               | 12,6       | 5776                               | 11,6       | 11476                                | 23,1       | 0                                | 0,0        | 99                | 0,2        |
| Vagos              | 16651                        | 87,3        | 2203                               | 11,6       | 0                                  | 0,0        | 0                                    | 0,0        | 0                                | 0,0        | 214               | 1,1        |
| Baixo Vouga        | 232296                       | 66,3        | 37673                              | 10,8       | 5776                               | 1,6        | 35135                                | 10,0       | 32847                            | 9,4        | 6697              | 1,9        |
| Região Centro      | 1184642                      | 68,8        | 135430                             | 7,9        | 23751                              | 1,4        | 52616                                | 3,1        | 266493                           | 15,5       | 58718             | 3,4        |
| País               | 4787374                      | 48,5        | 882251                             | 8,9        | 613174                             | 6,2        | 849504                               | 8,6        | 2414960                          | 24,5       | 319884            | 3,2        |

Fonte: INE

*Quadro nº 12: Níveis de escolaridade da população residente, 1991*

|                    | Não possui grau de ensino |             | Ensino básico primário |             | Ensino básico preparatório |             | Ensino unificado |            | Ensino secundário |            | Ensino médio e superior |            |
|--------------------|---------------------------|-------------|------------------------|-------------|----------------------------|-------------|------------------|------------|-------------------|------------|-------------------------|------------|
|                    | Nº                        | %           | Nº                     | %           | Nº                         | %           | Nº               | %          | Nº                | %          | Nº                      | %          |
| Albergaria-a-Velha | 7453                      | 38,7        | 7598                   | 39,5        | 3764                       | 19,5        | 1386             | 7,2        | 657               | 3,4        | 700                     | 3,6        |
| Aveiro             | 18082                     | 31,0        | 20666                  | 35,5        | 10707                      | 18,4        | 6473             | 11,1       | 3224              | 5,5        | 6235                    | 10,7       |
| Estarreja          | 9107                      | 39,1        | 9162                   | 39,4        | 4197                       | 18,0        | 1848             | 7,9        | 889               | 3,8        | 1034                    | 4,4        |
| Ílhavo             | 9918                      | 34,5        | 11772                  | 40,9        | 5490                       | 19,1        | 2647             | 9,2        | 1025              | 3,6        | 1846                    | 6,4        |
| <b>Murtosa</b>     | <b>3919</b>               | <b>47,2</b> | <b>3563</b>            | <b>42,9</b> | <b>1094</b>                | <b>13,2</b> | <b>371</b>       | <b>4,5</b> | <b>168</b>        | <b>2,0</b> | <b>269</b>              | <b>3,2</b> |
| Ovar               | 15722                     | 36,5        | 17260                  | 40,1        | 8764                       | 20,4        | 3467             | 8,1        | 1554              | 3,6        | 2111                    | 4,9        |
| Vagos              | 7838                      | 47,2        | 6535                   | 39,3        | 2740                       | 16,5        | 815              | 4,9        | 306               | 1,8        | 455                     | 2,7        |
| Baixo Vouga        | 114989                    | 37,5        | 120065                 | 39,2        | 55771                      | 18,2        | 25075            | 8,2        | 11325             | 3,7        | 17516                   | 5,7        |
| Região Centro      | 643061                    | 42,2        | 559061                 | 36,7        | 239403                     | 15,7        | 118549           | 7,8        | 50613             | 3,3        | 82896                   | 5,4        |
| País               | 3249908                   | 37,5        | 3218230                | 37,1        | 1451822                    | 16,7        | 805318           | 9,3        | 401616            | 4,6        | 582514                  | 6,7        |

Fonte: INE

Nota: % da população com mais de 10 anos

A estrutura etária da população residente na área em estudo é bastante parecida nos vários concelhos apresentados no estudo. Os valores percentuais de cada grupo etário não diferem muito de concelho a concelho. Podemos considerar a estrutura etária da região jovem devido aos valores apresentados entre 0 e 24 anos e pela importância que a população em idade activa (25 aos 64) ainda representa. Entretanto verifica-se um progressivo envelhecimento da população residente entre 1981 e 1997(ver Quadro 12).

Percebe-se um ligeiro destaque do Concelho da Murtosa em relação aos restantes concelhos, por apresentar, durante esses três anos, uma percentagem maior de pessoas com 65 e mais anos e, contrariamente, uma taxa inferior em relação à população em idade activa. Ao mesmo tempo é o concelho que em 1997 apresenta a maior percentagem de jovens entre os 0 e os 14 anos

Em relação às condições sociais o projecto trata dos índices de escolaridade da população residente, número de edifícios, número de alojamentos familiares, número de famílias clássicas, famílias por alojamento, alojamento com electricidade, água, retrete e banho, telefones, consumo doméstico de electricidade, número de médicos por cada 1000 hab., número de camas hospitalares por cada 1000 hab. taxa de analfabetismo e IPCR (Portugal = 100)

Em relação aos níveis de escolaridade das populações da região verificou-se que apesar de não ser muito elevada, está um pouco acima de outras áreas do país. É de referir, no entanto, o índice da população que não tem nenhum grau de ensino é muito elevado. Aveiro é o concelho onde o índice de escolaridade para o ensino médio e superior é bastante mais elevado, chegando a ultrapassar a média do país.(ver Quadro 13 com o nível de escolaridade da população residente)

O conjunto de indicadores que serão apresentados no quadro 14 (Ver Quadro 14) revelam que, na sua generalidade, as diferenças entre os concelhos analisados aqui não são muito significativas e, que em algumas situações os indicadores são mais favoráveis que aqueles apresentados pela média regional e nacional.

Assim podemos verificar que os índices para o «*alojamento/edifícios*» e «*famílias/alojamentos*» indicam que em termos médios, não se apresentam grande discrepâncias; que a cobertura dos alojamentos em «*infra-estruturas básicas*» – como electricidade, água, saneamento – sendo satisfatória denota ainda que é necessário melhorar algumas situações. Os Concelhos da Murtosa e de Vagos são aqueles que se encontram um pouco mais deficitários que a média da região.

Quanto a saúde, os dois indicadores «Médico por 100 mil habitantes» e «camas hospitalares por 100 mil habitantes», também não evidenciam grande diferença entre os concelho. A excepção do Concelho de Aveiro, todos os outros concelhos apresentam valores inferiores à média nacional.

A taxa de analfabetismo é, na totalidade de concelhos, inferior à média nacional; memos assim os concelhos de Vagos e Murtosa apresentam índices mais elevados que a média, o que coincide com as observações sobre os níveis de escolaridades.

Em nenhum dos concelhos o índice de «Poder de compra» é inferior a 50%, ou seja, a metade do valor nacional (=100%), sendo Aveiro o único a ultrapassar o País.

No Quadro 14, apresenta-se uma listagem de alguns equipamentos municipais existentes na área em estudo.

Em relação as taxas de actividade da população dos concelhos analisados o projecto conseguiu demonstrar que são muito próximos da média nacional, sendo em alguns casos até mesmo superiores. A taxa de desemprego não ultrapassa a média nacional e constitui-se sobretudo num fenómeno feminino.

Na região da Ria de Aveiro, pode-se afirmar que o peso do sector secundário é, no seu conjunto, bastante importante. Na sede do distrito – Aveiro – o sector dos serviços evidencia a maior relevância. Em contrapartida o concelho da Murtosa é aquele que apresenta maior equilíbrio entre os três sectores, tendo em média 33% para cada um deles.

**Quadro nº 13: Indicadores sociais**

|   | Albergaria<br>—a-Velha | Aveiro    | Estarreja | Ílhavo    | Murtosa                | Ovar      | Vagos    | Baixo<br>Vouga | Reg.<br>Centro | País        |
|---|------------------------|-----------|-----------|-----------|------------------------|-----------|----------|----------------|----------------|-------------|
| Nº edifícios (1991)                           | 7487                   | 181<br>28 | 960<br>8  | 112<br>37 | <b>524</b><br><b>3</b> | 152<br>53 | 812<br>3 | 1179<br>18     | 6998<br>82     | 2861<br>719 |
| Nº alojamentos familiares clássicos (1991)    | 8181                   | 256<br>01 | 102<br>87 | 143<br>39 | <b>606</b><br><b>3</b> | 183<br>45 | 848<br>8 | 1373<br>75     | 8124<br>33     | 4154<br>974 |
| Nº famílias clássicas (1991)                  | 6805                   | 214<br>56 | 803<br>8  | 102<br>04 | <b>320</b><br><b>3</b> | 140<br>75 | 582<br>4 | 1073<br>97     | 5707<br>59     | 3147<br>403 |
| Alojamentos por edifício (1991)               | 1,1                    | 1,4       | 1,1       | 1,3       | <b>1,2</b>             | 1,2       | 1,0      | 1,2            | 1,2            | 1,5         |
| Famílias por alojamento (1991)                | 0,8                    | 0,8       | 0,8       | 0,7       | <b>0,5</b>             | 0,8       | 0,7      | 0,8            | 0,7            | 0,8         |
| Alojamentos c/ electricidade, retrete, água e | 73,6                   | 83,4      | 74,4      | 85,8      | <b>68,9</b>            | 71,9      | 68,8     | 77,7           | 72,9           | 78,4        |

|  |      |       |      |      |             |      |      |      |      |       |
|--|------|-------|------|------|-------------|------|------|------|------|-------|
| banho -<br>%<br>(1991)   |      |       |      |      |             |      |      |      |      |       |
| Telefones (PT)<br>per<br>capita<br>(1995)                                    | 0,3  | 0,4   | 0,3  | 0,3  | <b>0,3</b>  | 0,3  | 0,3  | 0,3  | 0,3  | 0,4   |
| Consumo<br>doméstico de<br>elect./c<br>onsumidor -<br>milh.<br>Kwh<br>(1996) | 1,9  | 2,2   | 2,0  | 1,8  | <b>1,4</b>  | 2,2  | 1,7  | 2,0  | 1,6  | -     |
| Médicos por<br>1000<br>hab.<br>(1997)  | 1,3  | 3,6   | 1,1  | 1,6  | <b>1,1</b>  | 1,1  | 0,9  | 1,8  | 2,9  | 3,0   |
| Camas<br>hospitalares por<br>1000<br>hab.<br>(1997)                          | 0,9  | 7,4   | 1,9  | -    | <b>2,5</b>  | 1,8  | -    | 2,6  | 4,7  | 4,1   |
| Taxa<br>analfabetismo<br>- %<br>(1991)                                       | 9,1  | 6,1   | 8,7  | 6,5  | <b>10,8</b> | 7,9  | 13,5 | 8,9  | 14,0 | 11,0  |
| IPCR<br>(Portugal=100)<br>(1997)   | 59,9 | 116,1 | 62,5 | 76,3 | <b>57,1</b> | 74,8 | 52,7 | 75,5 | 71,1 | 100,0 |

Fonte: INE

**Quadro nº 14: Equipamentos municipais, 1994**

|                                       | Albergaria<br>-a-Velha | Aveiro | Estarreja | Ílhavo | Murtosa | Ovar | Vagos | Baixo<br>Vouga |
|---------------------------------------|------------------------|--------|-----------|--------|---------|------|-------|----------------|
| Parques Industriais                   | 2                      | 3      | 0         | 2      | 1       | 1    | 1     | 33             |
| Mercados Municipais                   | 1                      | 3      | 1         | 3      | 4       | 2    | 0     | 20             |
| Piscinas Municipais                   | 1                      | 6      | 1         | 1      | 0       | 1    | 0     | 14             |
| Bibliotecas Municipais                | 1                      | 1      | 1         | 0      | 1       | 1    | 1     | 11             |
| Arquivos Históricos                   | 1                      | 1      | 0         | 0      | 0       | 1    | 0     | 3              |
| Espacos Polivalentes                  | 1                      | 14     | 1         | 3      | 2       | 0    | 1     | 31             |
| Salas de Espectáculo                  | 0                      | 1      | 0         | 0      | 1       | 0    | 0     | 4              |
| Desporto: Pavilhões                   | 2                      | 9      | 4         | 4      | 2       | 4    | 1     | 40             |
| Desporto: Pavilhão para Grandes Jogos | 5                      | 21     | 2         | 6      | 2       | 10   | 10    | 120            |
| Desporto: Polidesportivo              | 10                     | 16     | 3         | 14     | 3       | 22   | 9     | 101            |
| Desporto: Piscina Coberta             | 2                      | 3      | 2         | 0      | 0       | 0    | 0     | 10             |
| Desporto: Piscina Descoberta          | 0                      | 12     | 0         | 0      | 0       | 1    | 2     | 21             |
| Desporto: Pista de Atletismo          | 0                      | 1      | 0         | 1      | 0       | 0    | 0     | 2              |
| Desporto: Sala Desporto               | 1                      | 9      | 3         | 5      | 3       | 2    | 1     | 35             |
| Desporto: Campo de Ténis              | 2                      | 10     | 1         | 2      | 1       | 7    | 1     | 30             |

Fonte: INE

**Quadro nº 15: Estatísticas da cultura, lazer e desporto**

|   | Albergaria<br>—a-Velha | Aveiro | Estarreja | Ílhavo | Murtosa     | Ovar | Vagos | Baixo<br>Vouga | Reg. Centro | País    |
|---|------------------------|--------|-----------|--------|-------------|------|-------|----------------|-------------|---------|
| Museus - nº (1997)  | 0                      | 1      | 1         | 2      | <b>0</b>    | 2    | 0     | 9              | 49          | 323     |
| Museus - nº visitantes (1997)   | 0                      | 24276  | 12000     | 41732  | <b>0</b>    | 5966 | 0     | 92989          | 987389      | 8285844 |
| Visitantes por museu (1997)   | -                      | 24276  | 12000     | 20866  | -           | 2983 | -     | 10332          | 20151       | 25653   |
| Despesas das CM com actividades culturais - % total despesas (1997)                           | 14,6                   | 4,8    | 4,4       | 5,8    | <b>3,6</b>  | 14,7 | 5,9   | 6,4            | 9,6         | 8,4     |
| Despesas das CM com actividades sócio-culturais - % despesas com Actividades Culturais (1997) | 3,9                    | 5,2    | 36,9      | 14,6   | <b>61,6</b> | 6,1  | 3,6   | 9,3            | 8,0         | 9,8     |
| Despesas das CM com património cultural - % despesas com Actividades Culturais (1997)         | 1,6                    | 6,2    | 8,6       | 19,6   | <b>3,5</b>  | 6,0  | 0,0   | 5,7            | 14,4        | 12,5    |
| Despesas das CM com recintos culturais - % despesas com Actividades Culturais (1997)          | 2,9                    | 0,0    | 0,7       | 1,2    | <b>0,0</b>  | 16,1 | 0,0   | 8,4            | 11,9        | 8,6     |

Fonte: INE - Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio

**Quadro 16: População residente empregada por sectores de actividade, 1991**

|                    | Sector Primário |             |            |             | Sector Secundário |             |            |             | Sector Terciário |             |            |             |
|--------------------|-----------------|-------------|------------|-------------|-------------------|-------------|------------|-------------|------------------|-------------|------------|-------------|
|                    | HM              | %           | H          | %           | HM                | %           | H          | %           | HM               | %           | H          | %           |
| Albergaria-a-Velha | 741             | 8,4         | 351        | 47,4        | 4927              | 56,2        | 3599       | 73,0        | 3104             | 35,4        | 1606       | 51,7        |
| Aveiro             | 1597            | 5,2         | 936        | 58,6        | 11264             | 37,0        | 8297       | 73,7        | 17587            | 57,8        | 8350       | 47,5        |
| Estarreja          | 1192            | 11,3        | 586        | 49,2        | 5175              | 49,0        | 4081       | 78,9        | 4197             | 39,7        | 2038       | 48,6        |
| Ílhavo             | 2030            | 14,3        | 1588       | 78,2        | 6118              | 43,1        | 4040       | 66,0        | 6031             | 42,5        | 3030       | 50,2        |
| <b>Murtosa</b>     | <b>1070</b>     | <b>32,8</b> | <b>769</b> | <b>71,9</b> | <b>1080</b>       | <b>33,1</b> | <b>954</b> | <b>88,3</b> | <b>1117</b>      | <b>34,2</b> | <b>507</b> | <b>45,4</b> |
| Ovar               | 815             | 3,6         | 467        | 57,3        | 13612             | 60,9        | 8424       | 61,9        | 7908             | 35,4        | 4107       | 51,9        |
| Vagos              | 3985            | 40,8        | 1580       | 39,6        | 2790              | 28,6        | 2230       | 79,9        | 2995             | 30,7        | 1383       | 46,2        |
| Baixo Vouga        | 20918           | 13,5        | 10558      | 50,5        | 73016             | 47,0        | 50624      | 69,3        | 61327            | 39,5        | 30726      | 50,1        |
| Região Centro      | 115515          | 17,1        | 66894      | 57,9        | 262869            | 38,8        | 188571     | 71,7        | 299118           | 44,2        | 157804     | 52,8        |
| País               | 445619          | 10,8        | 289483     | 65,0        | 156327            | 37,9        | 107269     | 68,6        | 211869           | 51,3        | 1113608    | 52,6        |

Fonte: INE

O tecido empresarial dos 7 concelhos assenta em empresas de pequena dimensão. Entre 1991 e 1997 verifica-se um aumento da importância das pequenas empresas em detrimento das médias e grandes. A Murtosa é o único concelho que em 1997 não possuía estabelecimentos com mais de 100 pessoas ao serviço e que a percentagem de estabelecimento com menos de cinco pessoas ultrapassou os 70%.

De acordo com o «*Projecto do Ecomuseu da Murtosa*» em todos os concelhos, entre 1991 e 1997, houve um aumento do número total de estabelecimentos e do número de pessoas ao serviço.

Quanto ao perfil profissional das pessoas que estão ao serviço dos estabelecimentos em termos de habilitações literárias pode-se verificar que em sua maioria a região apresenta um quadro favorável em relação ao contexto regional e, até, nacional. Efectivamente, a parcela de pessoas que não possui qualquer grau de ensino é reduzida e assistiu-se, entre 1991 e 1997, a um aumento do nível das qualificações em todos estes concelhos.

Em relação as actividades hoteleiras é possível observar que a actividade hoteleira, expressa através de alguns indicadores disponíveis, denuncia uma certa capacidade de atracção turística, nos concelhos da Murtosa e Ovar, ilustrada pelos valores das taxa de ocupação dos seus estabelecimentos hoteleiros.

De um lado uma estada de curta duração nesta área que ronda, em média, as duas noites; de outro lado um grande predomínio de turistas nacionais (à excepção de Ovar), muito acima do verificado no conjunto do País; alguma relevância de turistas oriundos de outros países da UE, nomeadamente em Aveiro, Ílhavo e, sobretudo, Ovar.

Em síntese, o relatório da Geoideia no «*Projecto do Ecomuseu da Murtosa*» caracterizou o conjunto dos concelhos do Distrito de Aveiro como uma região com certo dinamismo demográfico, assente em taxas positivas de crescimento efectivo, que resultam tanto do crescimento natural – com maior taxa de nascimento que de óbitos – como da atracção exercida sobre populações de outras áreas que denunciam maior entrada que saída do conjunto de concelhos.

**Quadro 17: Actividade Hoteleira.**

|  | Albergaria—<br>a-Velha | Aveiro | Estarreja | Ílhavo | Murtosa      | Ovar  | Vagos | Baixo Vouga | Reg. Centro | País            |
|--|------------------------|--------|-----------|--------|--------------|-------|-------|-------------|-------------|-----------------|
| Capacidade alojamento dos estab. Hoteleiros - lug. (1997)                | 95                     | 1258   | 22        | 214    | <b>116</b>   | 244   | ..    | 4731        | 20942       | <b>211315</b>   |
| Taxa ocupação dos estab. Hoteleiros - % (1996)                           | ...                    | 20,8   | 10,6      | 12,2   | <b>37,3</b>  | 27,6  | ..    | 20,1        | 22          | <b>36,9</b>     |
| Dormidas estab. Hoteleiros - nº (1997)                                   | 4304                   | 97206  | 549       | 6646   | <b>15355</b> | 17956 | ..    | 345339      | 1753570     | <b>29350283</b> |
| Estada média por hóspede em estab. Hoteleiros - noites (1997)            | 2,8                    | 1,9    | 1,6       | 1,8    | <b>1,8</b>   | 2,0   | ..    | 2,1         | 1,8         | <b>3,4</b>      |
| Hóspedes portugueses em estab. Hoteleiros - % total hóspedes (1997)      | 98,9                   | 59,3   | 95,1      | 65,6   | ...          | 48,2  | ..    | 69,7        | 70,9        | <b>29,0</b>     |
| Hóspedes outros países UE em estab. Hoteleiros - % total hóspedes (1997) | 1,0                    | 34,0   | 4,9       | 30,7   | ...          | 44,5  | ..    | 24,0        | 24,0        | <b>62,6</b>     |

Fonte: INE

Um ponto positivo da caracterização dos Concelhos da Ria é a existência de uma estrutura etária relativamente jovem, onde as pirâmides etárias ainda não se inverteram. Na economia local, verifica-se um relativo dinamismo económico que tem vindo a garantir, do ponto de vista demográfico, não só a fixação dos residentes, como a atracção de novos habitantes.

O tecido empresarial, embora assente em pequenas empresas, possui uma certa vitalidade traduzida pelo aumento do número de empresas em funcionamento, de pessoas empregadas e, por uma taxa de actividade acima da média nacional. A mão-de-obra possui certa qualificação, sobretudo quando comparada com os perfis encontrados no contexto regional e nacional.

A localização é um dos pontos mais relevante, pois a área possui grande diversidade de oportunidades económicas pelas potencialidades naturais que podem ser entendidas como atractivas do ponto de vista turístico, assim como pela proximidade a grandes eixos rodoviários e contando já com algumas actividades económicas importante<sup>40</sup>.

Esta caracterização nos permitiu estabelecer um quadro de análise e também perceber as potencialidades do conjunto de concelhos da área circundante da Murtosa para a instalação de um equipamento cultural como o Ecomuseu da Murtosa que necessitará, para o seu bom funcionamento e gestão, de uma região com capacidade para acolher os potenciais utilizadores do ecomuseu, criar postos de empregos, inovar na área do património, artesanato e turismo.

Um ecomuseu tal como o que foi pensado e proposto para o Concelho da Murtosa irá, inevitavelmente exigir maior especialização do quadros de pessoal para os novos serviços exigidos para suportar a actividade da instituição.

---

<sup>40</sup> C.f.: o Projecto do Ecomuseu da Murtosa na parte da caracterização do Concelho da Murtosa.

### 3.2. O CONCELHO DA MURTOSA E O TURISMO

Faz-se necessário equacionar acerca das condições internas para potenciar e acolher a actividade turística no Concelho da Murtosa. Após o panorama mais lato é importante verificar com mais precisão o papel que o turismo pode vir a ter no Município da Murtosa.

Do ponto de vista das condições externas e tendo por base as projecções da Organização Mundial do Turismo (OMT), o crescimento que a actividade turística apresenta actualmente só tende a continuar durante os próximos anos. Esta cenarização favorável que a OMT divulga é sustentado por um conjunto de factores e, o projecto referenciou alguns destes factores:

- o aumento global dos rendimentos por via do conseqüente aumento da fracções disponíveis para elementos que não estão directamente associada à sobrevivência e a reprodução de mais-valias económicas.;
- a crescente mobilidade, por conta da melhoria das infra-estruturas de transportes e à democratização do acesso aos mesmos;
- o aumento dos níveis de urbanização;
- a aumento do tempo livre e disponível para as práticas turísticas de lazer, por conta da redução dos horários de trabalhos e do período vida activa;
- o aumento dos níveis de educação e de conhecimento, os quais se respeita e incentiva o consumo de bens culturais e recreativos;
- o aumento da pressão dos médias na vida quotidiana, aguçando a curiosidade e estimulando o desejo de transformar o virtual em real;
- a incorporação do turismo como uma vertente importante das aspirações inerentes às sociedades com maior poder de compra.

Para o melhor entendimento das questões relacionadas com o turismo no concelho da Murtoza, devemos ter em consideração que este pode ser caracterizado através dos factos abaixo indicados:

- *dinâmica demográfica, após 1991, evidenciando sinais de recuperação;*
- *aumentos populacionais resultantes dos saldos migratórios positivos;*
- *estrutura urbana débil (não possui lugares com mais de 2000 Hab.);*
- *estrutura etária jovem, embora apresentando fortes sintomas de envelhecimento;*
- *altas taxas de natalidade, mortalidade e mortalidade infantil (no contexto territorial de inserção);*
- *elevados índices de dependência e de envelhecimento da população;*
- *forte percentagem da população sem qualquer grau de ensino;*
- *algumas deficiências no que respeita a cobertura dos alojamentos por infra estruturas básicas;*
- *poder de compra inferior à maioria dos concelhos vizinhos;*
- *ausência de alguns equipamentos municipais relevantes;*
- *despesa municipal (em %) no âmbito das actividades culturais inferior às médias nacional, regional e sub-regional;*
- *forte incidência dessa despesa no subsector das actividades sócio-culturais;*
- *taxa de actividade relativamente baixa e apresentando significativo desequilíbrio entre homens e mulheres;*
- *peso importante do sector primário no domínio do emprego;*
- *forte predominância das pequenas empresas;*
- *importante propensão para a poupança. (Projecto do Ecomuseu da Murtoza, 2000: 25 e 26)*

Baseando-se nos elementos que caracterizam o concelho é possível, trabalhar duas ideias estruturantes: por um lado, as efectivas e importantes melhorias que todas estas dimensões, sincrónica ou diacronicamente, vêm experimentando; e por outro lado, a existência de pontos fortes e oportunidades que, nalguns domínios, constituem vantagens comparativas e, bem dimensionadas e articuladas, vantagens competitivas do concelho Murtosa.

Com estes dados foi a equipa técnica do Projecto concluiu que o concelho da Murtosa possui um futuro promissor:

*Para a formatação deste futuro, seja em termos quantitativos, seja em termos qualitativos, dois grandes vectores concorrerão: desde logo a capacidade endógena, em termos de inovação, antecipação, articulação e coerência, no que respeita ao investimento/intervenção no sector; em acréscimo, mas não menos importante, as próprias tendências que o sector vier a experimentar (componente exógena) e que, como para todos as restantes áreas receptoras, reforçarão, ou não, os factores de êxito do turismo da Murtosa. ( Projecto do Ecomuseu da Murtosa, 2000: 27)*

Em relação ao turismo mundial o projecto concluiu que suas tendências ganham nitidez ao apontar com segurança uma diversificação na procura turística: espaços de procura potencial, formas de alojamento, actividades, práticas, modos de organização das viagens e escalas de valorização.

Em relação ao turismo nacional, pode-se dizer que, as tendências do turismo mundial, também se verificam na presente situação. Além disso dois aspectos foram identificados pela equipe de elaboração do projecto, que do ponto de vista da procura interna eram entendidas como factores fulcrais: crescente desafogo económico das famílias portuguesas, o que representa um aumento do nº de portugueses que fazem férias fora de sua residência habitual,

aproximando-se assim dos padrões europeus no sector das verbas familiares destinadas ao lazer e a fruição.

A crescente urbanização da população, juntamente com outros factores que vão desde o aumento dos graus de instrução até a consciencialização progressiva.

Analisando os factores prospectivos e actuais sobre a actividades turística mundial e nacional pôde-se concluir que este é um momento favorável par o desenvolvimento das actividades turísticas, pois tanto a vertente interna quanto a externa apontam para um cenário favorável ao lançamento de projectos turísticos inovadores que vão de encontro às aspirações emergentes. Com isso o turismo de natureza e/ou cultural, ambas actividades de fruição que tem por base o património, são entendidas como os dois caminhos para o futuro, breve, das actividades turísticas.

Foi com estes dados que o CESM e a Geoideia sustentaram o projecto de Ecomuseu da Murtosa, aproveitando o panorama internacional e nacional do turismo para salienta o potencial de atracção turística da Ria de Aveiro.

De qualquer modo o município da Murtosa sempre revelou a consciência clara da importância do Turismo no desenvolvimento económico e social do Concelho, sendo mesmo referido no PDM que o turismo deve poder

- *contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população;*
- *dinamizar a actividade económica;*
- *aumentar os níveis de emprego;*
- *ordenar o espaço;*
- *proteger o meio ambiente;*
- *valorizar o património cultural;*
- *viabilizar a utilização do equipamento turístico por parte dos municípios.*<sup>41</sup>

---

<sup>41</sup> cf. Programa Preliminar do PDM do Concelho da Murtosa p. 23,24

Ora, o Projecto do Ecomuseu da Murtosa mais não faz do que procurar equacionar uma instituição cultural que responda positivamente aos pontos referidos.

### **3.3. AS ORIENTAÇÕES DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL E AS ESPECIFICIDADES DA RIA DE AVEIRO**

O projecto do Ecomuseu da Murtosa tomou como referência básica e fundamental o Plano Director Municipal da Murtosa (PDM), o qual dentre os seus objectivos estratégicos compreende a preocupação com a valorização paisagística, histórica e cultural. Acerca desta preocupação de importância fundamental é importante salientar e promover a valorização das potencialidades paisagísticas, históricas e culturais numa perspectiva de racionalização do seu aproveitamento para fins de promoção do turismo.

O PDM revela um conjunto de preocupações que, pela sua importância, foram consideradas como premissas do Projecto do Ecomuseu:

*as áreas turísticas localizar-se-ão, sobretudo, na «península» da Torreira e, em menor grau, na orla ribeirinha da parte oriental do Concelho. Entre o tipo de estruturas cuja viabilidade, localização e condicionamento deverão ser considerados contam-se, nomeadamente, as seguintes: hotéis, motéis, aldeamentos turísticos, parques de campismo, locais de paragem e repouso e/ou diversão, locais de piquenique, etc. ..*

*protecção das áreas de reserva ecológica e de reserva agrícola da invasão por construções, da intrusão salina, etc., tendo em conta as pressões do desenvolvimento do concelho e a potenciação da sua capacidade produtiva;*  
*actuação preventiva no domínio da poluição e recuperação de áreas e sistemas degradadas, nomeadamente da Ria, em articulação com outros concelhos vizinhos e/ou associados à Ria;*

*utilização de métodos paisagísticos como forma de recuperar agressões à paisagem por parte de construções mal localizadas, mal implantadas ou mal projectadas; protecção dinâmica de formas tipológicas de construção tradicional com duas vertentes: reabilitação/adaptação de edifícios existentes; estudo de projectos base de construções novas que tenham em conta os elementos morfológicos e tipológicos da construção tradicional do concelho mas se adaptem aos modernos processos e materiais de construção.* (Projecto do Ecomuseu da Murtosa, 2000: 36).

O PDM da Murtosa já previa a criação de uma instituição museológica sob a denominação de Museu da Ria, sendo que a sua visibilidade assente em 3 vectores fundamentais para uma nova imagem do Concelho:

- a) o fim do isolamento do Concelho através da progressiva integração no espaço social e económico regional em que se localiza;
- b) o desenvolvimento assente no aproveitamento das potencialidades naturais e das actividades tradicionais do concelho, isto é, a preservação dinâmica da “paisagem”, tendo como sectores de actividade fundamentais o turismo, a agricultura e pescas e a indústria agro-alimentar;
- c) a reformulação do papel da autarquia como agente dinamizador das iniciativas e potencializador das transformações estruturais do espaço concelhio no sentido do desenvolvimento integral. 42.

Esta região possui um grande atractivo turístico que é a importância, do ponto de vista ambiental, da Ria no contexto nacional e europeu, já que em 1988 a Ria foi considerada no âmbito da Directiva Comunitária 79/409/CEE como Zona de Protecção Especial (ZPE), a qual se destina essencialmente a garantir a conservação dos habitats de espécies de aves. (Ver Mapas da ZPE)

---

<sup>42</sup> cf. Programa Preliminar do PDM do Concelho da Murtosa p. 18

Este processo de criação de ZPE cobre todo o território nacional estando estas medidas articuladas com a política de conservação da natureza da U.E. e enquadradas na Rede Natura 2000. Foram implementadas, em Portugal, pelo Instituto de Conservação da Natureza. Neste contexto, foram demarcadas 18 zonas no continente, 3 zonas na Região Autónoma da Madeira e 15 zonas na Região Autónoma dos Açores. A criação do projecto do Ecomuseu não esqueceu estas preocupações, já que um Ecomuseu criado tendo por base estas questões, ganha importância local, nacional e internacional.

Também a Reserva Natural de São Jacinto que foi criada em 1979, está integrada na Rede Nacional de Área Protegida (Decreto Lei nº 41/79 de 6 de Março) o que se justifica devido à sua fauna e flora riquíssimas. É uma área protegida constituída em sua maior parte com mata de pinheiro-bravo (*Pinus Pinaster*); esta área protegida ocupa uma superfície de 66há e está dividida em 90 ha de reserva de recreio, 437,5 ha de reserva natural parcial e 102,5 ha de reserva integral.

A equipe de criação do Projecto do Ecomuseu da Murtosa considerou que esta área protegida é mais um factor de grande importância para o futuro do Ecomuseu da Ria devido aos processos mais antigos de valorização e preservação da área lagunar.

O projecto, entretanto, não esquece de referir que a região da Ria de Aveiro é, para além de sua importância ambiental, é um local com uma componente humana muito rica, sendo este, na verdade, um dos elementos fundamentais que justificam a criação do Ecomuseu.<sup>43</sup>

Em relação a componente humana, o projecto chamou a atenção para algumas questões que poderão ter repercussões no planeamento do futuro Ecomuseu, entre outros podemos destacar:

*a agricultura dependente da recolha do moliço;*

---

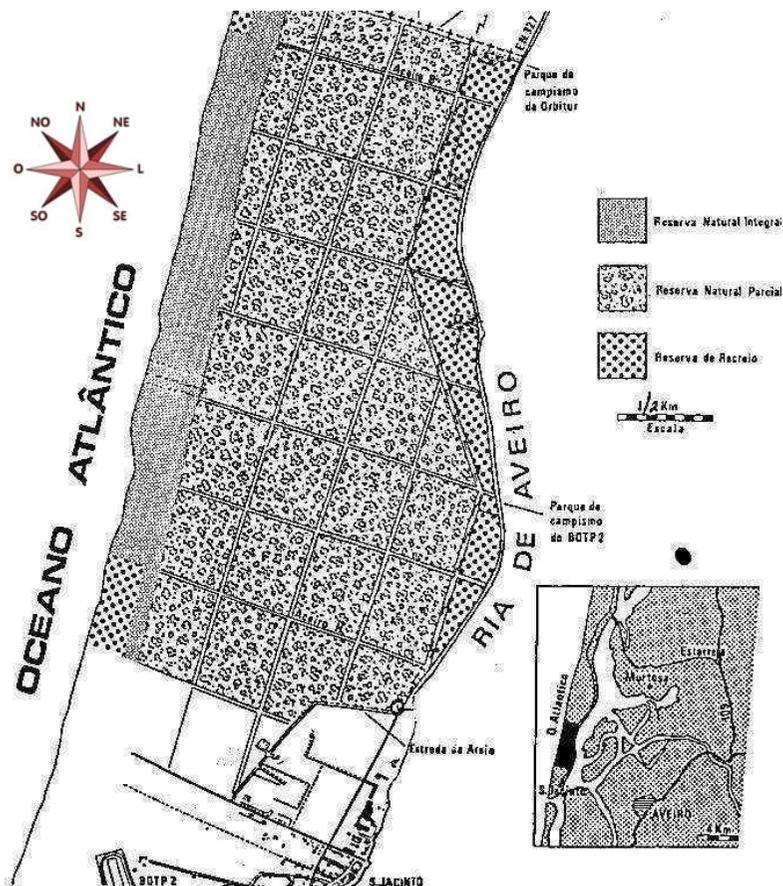
<sup>43</sup> Durante muito tempo a criação das instituições museológicas teve por base a existência de uma colecção, hoje, entretanto, as transformações ocorridas na museologia, levaram os profissionais da área a reconhecerem que o elemento humano é aquele que garante e fundamenta a existência de uma instituição museológica



**Mapa nº 4 : Áreas classificadas ZPE Continente.**

Fonte: <http://www.icn.pt/sipnat>

Mapa nº 5 -Planta da Reserva Natural de São Jacinto



Fonte: <http://geonucleo.ufp.pt/parques/rnds/fig1.jpg>

Enfim, a viabilidade deste projecto encontra-se reforçada pelo facto da totalidade da Ria estar a ser objecto de trabalhos de despoluição, através da implementação do «*Plano Integrado para a Resolução dos Problemas da Poluição na Ria de Aveiro*». Estas obras foram assumidas pela Associação de Municípios da Ria (AMRia), a qual agrupa os Municípios de Águeda, Albergaria-a-Velha, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Mira, Murtosa, Oliveira de Bairro, Ovar e Vagos. Aliás a própria AMRia deixa claro a relação entre o desenvolvimento da região e estas obras ao entende que:

*a recuperação da Ria de Aveiro e a sua gestão racional permitirão o desenvolvimento sustentado das actividades económicas e a melhoria da qualidade ambiental, bem como o adequado aproveitamento dos seus recursos naturais; mas também se considera que:*

- *a solução a implementar garantirá a resolução eficaz dos problemas de poluição existentes na zona da Ria, promovendo o tratamento secundário dos efluentes líquidos e a sua sequente descarga no mar, através do exutor submarino;*
- *a recuperação e posterior preservação da qualidade da água da Ria, viabilizará os seus usos tradicionais, nomeadamente a pesca, a apanha de crustáceos e de bivalves, a salinicultura e a apanha do moliço, entre outros usos vocacionais de grande valor económico e social. (cf. [www.ipe-adp.pt](http://www.ipe-adp.pt)),*

Para além destes argumentos, que no essencial foram extraídos do PDM, outros foram adaptados pela equipa do estudo no sentido de justificar a criação do Ecomuseu. Entre outros, destacam-se um conjunto de objectivos que a criação do Ecomuseu poderá apoiar de forma relevante:

- *reverter e focalizar esse potencial global - a Ria - no Concelho da Murtosa;*
  - *contribuir para adequar a oferta turística concelhia às novas exigências e expectativas da procura turística;*
  - *reforçar o poder atractivo turístico do Concelho;*
  - *aumentar a oferta de alojamento de qualidade e tematicamente enquadrado no cerne do contexto atractivo concelhio (o ambiente natural e humano da Ria);*
  - *reforçar a rede de infra-estruturas culturais do concelho;*
  - *contribuir para a criação de emprego (empregos directos, indirectos e induzidos);*
  - *apoiar iniciativas associativas de base local;*
  - *reforçar a visibilidade externa do Concelho;*
  - *assumir o papel de centro irradiador das boas práticas no âmbito da valorização do património cultural (e como tal funcionar como centro de difusão pela observação do êxito);*
  - *salvaguardar o património e, como tal, salvaguardar a maior riqueza do Concelho, a sua diferença e especificidade;*
- (...).(Projecto do Ecomuseu da Murtosa, 2000: 32 e 33)

O projecto para o Ecomuseu da Murtosa apostava – através de formas inovadoras, articuladas e integradas – valorizar o legado físico e humano existente e dinamizar a actividade turística do Concelho da Murtosa no sentido de promover o desenvolvimento material e imaterial<sup>44</sup> do concelho.

---

<sup>44</sup> Promoção esta efectuada, igualmente, através de uma outra vertente de efeitos do Ecomuseu, os efeitos directos sobre a população: reforço da identidade comunitária da população do concelho, integração de novas populações, reforço da identidade territorial, entre outros.

### 3.4. O PANORAMA MUSEOLÓGICO DA REGIÃO

No presente momento o panorama museológico da região revela uma situação de grande carência. Para lá do esforço das pessoas empenhadas na sua sobrevivência é um facto que os museus que passamos de seguida a referenciar não corresponde ao que hoje em dia se pode e deve esperar de uma instituição museológica.

Tal como se pôde observar no quadro abaixo o panorama museológico da região é extremamente frágil, sendo necessário várias alterações para que essas instituições possam representar algum interesse para o desenvolvimento local. Excepção feita ao museu Custódio Prado, onde se constata uma participação comunitária de maior interesse, o restante museus parecem completamente desligados das realidades nas quais estão inseridos, sobrevivendo com seus recursos e dificuldades.

Quanto ao Museu da Murtosa, o projecto solicitado pela Câmara Municipal traduz exactamente essa insatisfação por parte da edilidade em relação ao panorama museológico do concelho.

A pouca qualidade do espectro dos museus no Concelho não é único em Portugal e, pelo conhecimento que temos do País, inúmeras são as instituições que evidenciam as mesmas debilidades: ausência de formação dos responsáveis, carência de plano de actividades, descoordenação com as comunidades envolventes, más condições técnicas das instalações e funcionamento.

O Quadro 18 revela-nos pontos fortes e pontos fracos das instituições locais que se auto denominam Museus. Da sua observação podemos entender a urgência de um programa museológico em rede que permita a requalificação das estruturas existentes e dos quadros de profissionais para a promoção de actividade museológicas com maior rigor e qualidade técnica.

**Quadro nº 18: Caracterização dos museus da região**

| Instituição           | Pontos Fortes  | Pontos Fracos   |
|-----------------------|--|---|
| Casa Museu Egas Moniz | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Raridade da Temática (personalidade premiada com um Nobel)</li> <li>• Oportunidade que o tema proporciona para as actividades pedagógicas</li> <li>• Boas instalações (edifício e espaço envolvente)</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Inexistência de suportes expositivos de informação (textos, legendas, maquetas, sinaléticas...)</li> <li>• Expografia pobre e insuficiente para dá conta do lado profissional da personalidade que dá nome a instituição</li> <li>• Inexistência de trabalho de investigação e/ou projectos que possam viabilizar a dinâmica do espaço cultural e museológico</li> </ul> |
| Museu Custódio Prado  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Empenhamento da comunidade na protecção de um património cultural</li> <li>• Ar acolhedor da instituição</li> <li>• Relação instituição/ comunidade</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Inexistência de suporte expositivo de informação (textos, legendas, maquetas, sinalética...)</li> <li>• Inexistência de trabalho de expografia</li> <li>• Falta de técnicos da área do património/ museologia</li> </ul>   |
| Museu de Ovar         | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Vastidão das várias colecções</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Colecção com problema de conservação</li> <li>• Colecção desorganizada</li> <li>• Inadequação das instalações</li> <li>• Mobiliário expositivos desadequado à função</li> <li>• Falta de técnicos da área do património/ museologia.</li> </ul>  |

|                               |  |   |
|-------------------------------|--|---|
| <p>Casa Museu Júlio Dinis</p> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Existência de um espaço cultural eventualmente disponível para actividades culturais</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Temática do museu não corresponde ao conteúdo</li> <li>• Inexistência de suportes expositivos de informação (textos, legendas, maquetes, sinalética...)</li> <li>• Mobiliário expositivo desadequado à função e ao tipo de colecção</li> </ul>   |
| <p>Museu da Murtosa</p>       | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Acervo etnográfico reduzido, mas composto de itens do maior interesse com potencial para ser o início da formação de uma colecção importante para a região</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Inadequação das instalações</li> <li>• Colecção com problemas de conservação</li> <li>• Mobiliário expositivo desadequado à função e ao tipo de colecção</li> <li>• Falta de técnico da área do património/ museologia</li> <li>• Expografia pobre e inadequada</li> <li>• Inexistência de trabalhos com a comunidade local</li> <li>• Inexistência de trabalhos técnicos (conservação, inventariação, acção cultural e educativa...)</li> </ul> |

Fonte: Judite Primo, 2000.

No estudo da Murtosa não há referência aos Museus do Concelho de Aveiro, único sítio que possui instituições museológica tuteladas pelo Instituto Português de Museus <sup>45</sup>.

No nosso entender, esses museus, apesar de possuírem recursos técnicos, humanos e financeiros não têm uma programação museológica capaz de transformar as potencialidades culturais em desenvolvimento turístico, económico e cultural da área.

Neste sentido, fica claro que o Ecomuseu da Murtosa, ou qualquer outra instituição museológica definida e estruturada à luz das actuais preocupações museológicas, tem um espaço de intervenção bastante vasto e poderá vir a ocupar um lugar de referência e motivação para a melhoria das instituições existentes.

Para a melhoria da oferta, para a qualificação dos recursos existentes, para dar resposta às solicitações das populações locais e aos fluxos turísticos da região, urge encontrar uma solução para o descaso em que se encontra o cenário patrimonial e museológico da Ria de Aveiro.

### **3.5 PROPOSTA DE ORGANIZAÇÃO PARA O ECOMUSEU DA MURTOSA.**

O Projecto de criação do Ecomuseu da Murtosa tomou como base, seis aspectos que estão intrinsecamente ligados as transformação ocorridas no campo museológico nos últimos 40 anos e que tanto influenciaram os seus profissionais, como sendo:

- as transformações sociais ocorridas durante os dois últimos quartéis do século XX;
- a influências destas transformações sobre os museus;
- as transformações ocorridas na museologia durante o último quartel do século XX;
- os documentos produzidos pelo ICOM e pela UNESCO (Declarações do Rio de Janeiro de 1958, Mesa Redonda de

---

<sup>45</sup> Destacando-se o Museu de Arte Sacra de Aveiro pela importância das suas colecções e pelo reconhecido trabalho de investigação, cuja experiência poderá e deverá vir a ser equacionada pelo Ecomuseu da Murtosa

Santiago do Chile de 1972, Declaração de Quebeque em 1984, Declaração de Oaxtepec em 1984 e Declaração de Caracas em 1992);

- a prática e o pensamento da museologia contemporânea que entendem o museu como factor de desenvolvimento
- vários autores que tratam a questão dos novos rumos da museologia e o limite dos museus mais tradicionais.<sup>46</sup>

Com base nestes pressupostos, a equipe de elaboração do projecto considerou que a futura instituição museológica do Concelho da Murtosa deveria tomar a forma de um ecomuseu, entendido como uma instituição prestadora de serviços. Assim, o projecto sustenta que o futuro ecomuseu deverá fundamentar sua estrutura museológica na definição de Serviços. Concretamente o Projecto de Criação do Ecomuseu da Murtosa propôs 12 serviços, para além dos «*Circuitos Ecomuseológicos*», que se articulam com as diversas componentes especiais consideradas<sup>47</sup>.

### 3.5.1. As Componente Espaciais do Ecomuseu da Murtosa

**O Núcleo Central** será organizado em função da existência e da localização do canal/cais. Será neste Canal que as embarcações tradicionais (moliceiros, caçadeiras, chinchorro e mercantéis) serão apresentadas. O centro deste Núcleo procurará traduzir uma parte essencial do ecomuseu que é o espaço natural da laguna e a sua humanização.

Em torno deste elemento central estarão distribuídos, segundo o projecto de arquitectura, vários edifícios que, relacionados entre si de forma funcional e física, cumprirão funções específicas. O projecto de arquitectura, tentando potenciar o máximo possível a localização privilegiada do ecomuseu, orientou todos os edifícios em função da praça central e do canal, assim como da própria vista sobre a Ria para poente.

---

<sup>46</sup> Sobre o conteúdo e alcance destas questões lembramos que estas já foram objectos de análise na primeira parte desta dissertação.

<sup>47</sup> Ver em Anexo as plantas do projecto de ordenamento espacial do museu.

**Edifício A-** Neste edifício deverá funcionar as áreas administrativas do ecomuseu, o acolhimento central do núcleo, o serviço de orientação, e a sala de apresentação do Concelho e da Ria.

**Edifício B-** Neste edifício será dada maior relevância para a Exposição da Cultura Material. Esta sala terá por função apresentar os elementos considerados mais representativos da cultura local. O Projecto de criação do ecomuseu propõe que sejam identificados e trabalhados nesta sala as diversas formas de pescas da região (por revelarem um marco importante na relação existente entre parte significativa da população ribeirinha com o Mar e com a Ria), assim como a agricultura e sua relação com a apanha do moliço. Em sua generalidade, as colecções do actual Museu Etnográfico da Murtosa deverão ser incorporadas nesta sala, tal como as colecções resultantes de novas incorporações. Será necessário que a direcção do ecomuseu defina, logo de início, qual a política de aquisição da instituição.

**Sala para Exposições Temáticas/Temporárias** –Nesta sala será dada particular atenção às questões relacionadas com o desenvolvimento do Concelho, através de exposições que trabalhem com a sensibilização e o questionamento dos mais variados assuntos. Essas exposições terão a função de buscar e partilhar com a comunidade os seus problemas e aspirações.

**Edifício C** –Segundo o Projecto de arquitectura, este edifício receberá a oficina de construção naval, sendo esta sala considerada como espaço de carácter expositivo. A sua estrutura será dotada de um passadiço para possibilitar ao público a observação dos processo de construção/restauro de embarcações.

**Edifício D** –Este edifício está destinado a ser o espaço onde serão realizados os trabalhos técnicos do ecomuseu, funcionando nele a reserva técnica, o serviços de documentação museológica, o serviço de conservação do acervo, o serviço educativo, e a oficina de montagem de exposições.

**Edifício Q** –Destinado para ser a casa do guarda do ecomuseu.

**Edifício O** – No projecto de Arquitectura este edifício foi concebido para cumprir a função de alojamento de grupos, em sistema de camarata, com amais de 50 pessoas.

**Edifício E** –Este edifício foi concebido como espaço polivalente, onde deverão ser disponibilizados salas para as colectividades locais e para aulas, isto para além de se situarem nele, igualmente, o centro de documentação/ biblioteca e espaços expositivos dedicado a ecologia da Ria.

**Edifício G** – Este espaço foi pensado para ser o Biodomo.<sup>48</sup> Arquitectonicamente trata-se de um espaço de forma semi-esférica, bem dimensionado para a aclimação e reprodução de habitats «*naturais*» tendo em vista receber as espécies faunísticas e botânicas da Ria; situado no centro de um jardim, fechado em vidro até a altura de dois metros, o restante da estrutura será em rede. No Biodomo serão aclimatadas as espécies a seleccionar entre as geralmente reconhecidas como fazendo parte do património ecológico da Ria. Esta selecção deverá ser efectuada por especialistas das diferentes áreas.

Localizado a Poente do Edifício G, haverá um espaço de lazer, composto por área de campismo, parque de piquenique, além de alguns equipamentos como piscina e tanque de mergulho para apoiar a **Escola da Vida Marinha**, e um ou dois «*sprodo*» para a prática de actividades desportivas como por exemplo futebol e vólei de água.

**Edifício J** –Edifício destinado ao Restaurante, o qual deverá ter a função de investigar e divulgar a gastronomia local e regional.

**Edifício P** –Espaço pensado para ser o Hotel. O Projecto de Arquitectura prevê uma estrutura modular com quarenta quartos, composto por pequenas construções com três quartos em média. Uma parte da construção do Hotel localiza-se, exactamente, sobre espelho de água e as diferentes unidades serão ligadas entre si através de passadiços e pequenas esplanadas. Este conjunto ainda receberá pequenos anfiteatros com capacidade para dez a trinta pessoas

---

<sup>48</sup> Arquitectonicamente a cúpula do Biodomo foi pensado á partir de edfios da mesma natureza criados nas últimas duas décadas, que são os geodomos.(Podemos citar em Portugal o Visonarium em Santa Maria da Feira e Geodomo no Canadá. Onde a esfericidade evoca pela cúpula propicia a evocação ao Planeta Terra.

Para além dos edifícios, o Núcleo Central será servido por quatro parqueamentos: (P1- destinado a veículos de carga de grandes dimensões; P2- público em geral, incluindo transportes colectivos; P3 e P4- reservado a utentes da camarata e funcionários do ecomuseu; P5- serviço do Hotel)

### **3.5.2. Os Serviços Propostos pelo Ecomuseu da Murtosa.**

Para dinamizar esses espaços físicos e a própria actuação do ecomuseu como entidade social e culturalmente comprometida, o Projecto para o Ecomuseu da Murtosa previa a criação e manutenção de serviços disponibilizados para os seus utentes<sup>49</sup>. De acordo com o Projecto de criação do Ecomuseu da Murtosa, foram previsto os seguintes:

#### **3.5.2.1. Serviço de Exposições**

Para este serviço foram consideradas quatro tipos de exposições:

- A exposição de Apresentação: destinada a apresentar aos visitantes todos os recursos do ecomuseu, assim como os elementos introdutórios sobre o Concelho da Murtosa, evidenciando as especificidades da região como a arquitectura naval, a fauna, a flora, a botânica, a etnografia, a economia...
- A sala da Cultura Material: Nesta sala serão apresentadas as actividades tradicionais do Concelho como por exemplo a agricultura e a pesca.

Além destes são também referidas pelo Projecto de Criação do Ecomuseu as exposições temáticas, exposições itinerantes e acolhimento de exposições concebidas por outras instituições

#### **3.5.2.2. Serviço de Património.**

Neste serviço serão tratadas as questões relativas à inventariação e pesquisa acerca do património existente na região. Está contemplado no Projecto da Murtosa o acesso do público ao

---

<sup>49</sup> Mais adiante procuraremos reflectir sobre o Serviço de Expografia e de Extensão escolar.

---

resultado das pesquisas através de um programa editorial, base de dados e acesso aos documentos e ficheiros.

#### 3.5.2.3. Serviço de Informação Museológica.

A função deste serviço será a de criar e manter um inventário sobre as instituições ecomuseológicas nacionais e estrangeiras. Assim como no serviço de património, também está previsto o acesso do público a essas informações.

#### 3.5.2.4. Serviço de Consultoria Exterior.

Este serviço está relacionado com o ponto anterior e é uma forma de abertura do museu e da comunidade sobre o mundo. A função deste serviço será a de disponibilizar um conjunto de competências capazes de produzir pareceres e elaborar estudos solicitados pelo exterior.

#### 3.5.2.5. Serviço de Extensão Escolar.

Este serviço será responsável pela relação do ecomuseu com a comunidade escolar de nível primário, secundário e universitário.

#### 3.5.2.6. Serviço de Extensão Comunitária.

A função deste serviço será a de manter, estimular e aprofundar a relação do ecomuseu com a comunidade. Deverá acolher iniciativas exteriores, responder às solicitações, disponibilizar espaços, assim como promover formação e apoio a outras instituições museológicas da região.

#### 3.5.2.7. Serviço de Valorização Gastronómica.

Este serviço foi elaborado para prestar assessoria aos serviços de restauração da região, promover e incentivar a produção da gastronomia tradicional da regional. Outro dos seus objectivos é o de fomentar a descoberta dos «*patrimónios de sabores*» da Murtosa.

#### 3.5.2.8. Serviço – Centro de Lazer e de Interpretação da Vida Marinha.

---

Este serviço será responsável por todo o trabalho de educação, sensibilização e fruição relativo à educação ambiental, em particular pelas questões do meio lagunar. Nestas bases foi proposto a criação de um Biodomo (local para a preservação, manutenção, estudo e fruição das espécies de fauna e flora da laguna), e de um escola para actividades aquáticas (natação, mergulho de lazer e de exploração arqueológica, aquafília, fotografia, vídeo e cinema aquático e navegação em diferentes tipos de embarcações).

#### 3.5.2.9. Serviço – Oficina de construção naval.

A oficina de construção naval foi inspirada no trabalho realizado pela «*Associação dos Amigos da Ria e do Barco Moliceiro*» e objectiva a construção, recuperação e manutenção de embarcações tradicionais da Ria. Deverá ser uma escola/atelier das diversas artes da construção naval para permitir a troca de saberes sobre as tipologias de embarcação tradicionais, formas e meios de utilização, processos de recuperação e manutenção. Este serviço visa a transmissão de conhecimentos e práticas tradicionais associando-as as técnicas e conhecimentos contemporâneos.

#### 3.5.2.10. Serviço – Núcleo Ecomuseológico de Newark.

A este núcleo ecomuseológico competirá incentivar e apoiar o intercâmbio entre os municípios da Murtosa e de Newark (E.U.A), por se considerar relevante o facto de em Newark viverem cerca de 10.000 pessoas originárias da Murtosa. Este serviço terá ainda por função a criação de um grupo de trabalho que estabeleça contacto com a comunidade murtoseira de Newark<sup>50</sup>.

#### 3.5.2.11. Serviço – Centro de Acolhimento de Aveiro.

A criação de um posto de acolhimento na cidade de Aveiro para divulgar e prestar informações sobre o Ecomuseu da Murtosa tem em consideração a importância e localização estratégicas da referida cidade.

---

<sup>50</sup> Para aprofunda a questão da emigração no Concelho da Murtosa c.f.: Arroteia. 1983

### 3.5.2.12. Serviço de transportes.

Tendo em consideração os problemas de transportes na região, o ecomuseu propõe a criação de um serviço que deverá estar disponibilizado aos visitantes para a realização do circuitos ecomuseológicos, assim como para a ligação entre Aveiro e Bestida.<sup>51</sup>

Todas as actividades da entidade ecomuseológica proposta para o Concelho da Murtosa assenta na ideia de serviços propostos e disponibilizados a diferentes utentes. Foram assim identificados, pela equipa técnica que apresentou o Projecto para a Câmara Municipal, três tipos distintos de utentes da instituição Ecomuseológica na Murtosa:

- a população residente que humaniza os territórios e os patrimónios resignificando-os quotidianamente;
- os emigrantes murtoseiros que estão fora do sitio de origem e que continua a manter suas relações identitárias com a Murtosa e suas gentes; e,
- os turistas que em busca de novas experiências de lazer, desporto ou de conhecer culturas diferentes ou similares se deslocam ou podem se deslocar para territórios como a Murtosa.

Os serviços propostos vão desde as actividades técnicas de cariz museológicas, até a actividades informativas, educativas e turísticas o que permite que a instituição ofereça uma gama diversificada de serviços aos seus utentes, de acordo com as suas necessidades mais prementes.

Uma instituição organizado nesta lógica precisará estar atenta às necessidades dos seus utentes, às ameaças e às oportunidades dos seus cenários de actuação, sendo assim, capaz de prever futuros possíveis que garantam que o ecomuseu se legitime através dos desejos e das necessidades dos seus utentes.

---

<sup>51</sup> Cf.: Projecto do ecomuseu da Murtosa. 2000: 46-50.

### 3.5.3. Os Circuitos Ecomuseológicos

O ecomuseu é uma tipologia de museu que assume como um dos seus pilares a territorialidade. Nos ecomuseus o território, é valorizado na medida em que é entendido como o elemento estrutural para mediar a relação dos indivíduos com os patrimónios, na mesma medida em que é ele próprio resignificado e valorizado como património pelos indivíduos nos seus processos de humanização.

O conceito de ecomuseu está relacionado com a existência de pólos e isso faz com que essas instituições sejam considerados museus polinucleados, entretanto isso não significa que todos os pólos devam ser geridos pelo ecomuseu ou ainda que esses pólos sejam de sua propriedade. Já prevendo essa questão a equipa que elaborou o Projecto definiu que esses pólos não devem estar na dependência institucional do Ecomuseu da Murtosa mas sim ligados através de protocolos de cooperação. Isso permite que o Ecomuseu da Murtosa e as outras instituições museológicas que estejam interessadas no trabalho conjunto, possam ser factores de valorização, divulgação e estudo do património ambiental e cultural do concelho e da região.

Assim o Projecto para a criação do Ecomuseu da Murtosa definiu quatro «*Circuitos Ecomuseológicos*», os quais concretizam na sua estrutura a apropriação patrimonial e espacial da Ria de Aveiro. Os circuitos definidos foram:

#### 3.5.3.1. Circuito dos Museus da Ria

O Projecto apresenta este circuito como o momento para a descoberta, aprendizagem e fruição dos museus existentes em torno daquela área geográfica. Actualmente, o panorama museológico desta região apresenta níveis de interesses bastante diversos. Isso significa que, enquanto algumas instituições necessitam de intervenção na área museográfica e/ou arquitectónica, outras correspondem plenamente às exigências do Conselho Internacional de Museus (ICOM). O projecto prevê, ainda a criação de um grupo de trabalho para a definição de uma política da rede museológica da Ria de Aveiro, assim como a sua plena interacção nesse circuito.

A equipe de elaboração do projecto do Ecomuseu identificou na região os seguintes museus: Museu de Vagos (ainda em projecto), Museu Marítimo e Regional de Ílhavo, Museu de Ovar, Casa-Museu Egas Moniz, Museu de Aveiro (Aveiro), Museu de Arte Sacra (Arouca), Casa-Museu de Etnografia da Região do Voga (Ágda), Museu da Fundação Dionísio Pinheiro e Alice Cardoso Pinheiro (Ágda), Secção Museológica da C.P. (Ágda), Museu de Caça e Pesca (Aveiro), Casa-Museu Egas Moniz (Estarreja), Museus Histórico de Vista Alegre (Ílhavo), Museu Marítimo e Regional de Ílhavo (Ílhavo), Museu Etnográfico da Murtosa (Murtosa), Casa-Museu Ferreira de Castro (Oliveira de Azeméis), Casa-Museu Regional de Oliveira de Azeméis (Oliveira de Azeméis), Museu de São Pedro da Palhaça (Oliveira do Bairro), Casa-Museu da Ordem Terceira de São Francisco (Ovar), Museu de Ovar (Ovar), Casa-Museu Júlio Diniz (Ovar), Casa-Museu Custódio Prato (Pardilhó), Núcleo Museológico Santa Casa da Misericórdia (Aveiro).<sup>52</sup>

### 3.5.3.2. Circuito de Lazer e de Artesanato.

O Projecto define este circuito como o serviço que deve ter por base a descoberta do artesanato da região, a fruição de actividades ligadas ao lazer de iniciativa local ou regional. Tem ainda por função a descoberta, fruição e divulgação das romarias locais com carácter religioso.

### 3.5.3.3. Circuito de Descoberta da Ria.

O Projecto prevê a criação, também para este circuito, de um grupo de trabalho para a definição de itinerários e as formas de actuação das diferentes tutelas do património. Este circuito deve ainda buscar o apoio de instituições relevantes a nível da Ria, como por exemplo a Câmara Municipal de Aveiro, que possui infra-estruturas importantes para o bom funcionamento desse circuito e a Região de Turismo da Rota da Luz, entidade que gere e promove o marketing turístico da região. O Projecto prevê como locais

---

<sup>52</sup> Cf.: Projecto do Ecomuseu da Murtosa. 2000

pertinentes para a integração nesse circuitos, locais patrimoniais e ecologicamente significativos.

#### 3.5.3.4. Circuito do Património Arquitectónico e Monumental.

O Projecto também prevê para este circuito a criação de um grupo de trabalho capaz de seleccionar, nos municípios ribeirinhos, os elementos patrimoniais arquitectónicos e monumentais significativos para a comunidade. O Projecto ainda prevê a possibilidade de inclusão neste circuito de outras referências patrimoniais, como a azulejaria em Ovar, a arquitectura tradicional da Murtoza, o património religioso existente em todos os concelhos, a arquitectura urbana de Ílhavo, a arquitectura de emigrantes em vários concelhos e os palheiros da Praia da Costa Nova<sup>53</sup>.

Evidente será indicar que os quatro circuitos propostos são de extrema importância para o (re)conhecimento da diversidade patrimonial da região mas não esgota as possibilidades de contacto, interacção e fruição patrimonial. Por isso mesmo vale ressaltar que o projecto de criação do Ecomuseu da Murtoza não fecha possibilidade de criação de novos circuitos ecomuseológicos ou mesmo o esgotar dos circuitos propostos. Essa flexibilidade de gestão poderá ser mais um dos factores diferenciador dessa instituição no cenário nacional.

#### **3.5.4. Os Departamentos Propostos para o Ecomuseu da Murtoza.**

O projecto faz referência às alterações ocorridas na área da museologia durante o último quartel do séc. XX, as quais tentaram adaptar as instituições museológicas às mutações da sociedade no âmbito de uma participação mais activa dos museus nas sociedades que lhes dão vida.

O projecto, contempla a criação de um conjunto de departamento que visam o bom funcionamento da instituição,

---

<sup>53</sup> No caso do Concelho da Murtoza deve-se referir, desde já, a Capela do Forno, a Igreja Matriz da Murtoza, o Cais da Bestida e a Casa Murtoseira.

---

proposta essa que podemos considerar como tratando-se de um ante-projecto de organização técnica. Por esta razão, a análise dos departamento não será feita neste nosso trabalho. Apenas indicamos a sua denominação e o resumo de cada um deles.

#### 3.5.4.1. Departamento de acervo.

Este departamento, tal como foi concebido pela equipa de elaboração do Projecto de criação do Ecomuseu da Murtosa, terá por objectivo conservar, estudar, inventariar e documentar o acervo museológico.

#### 3.5.4.2. Departamento de Expografia

Esse departamento será responsável por todas as actividades relacionadas com as exposições do ecomuseu, como executar as exposições concebidas pela instituição, acolher as exposições exteriores, assim como colaborar na elaboração e execução de exposições promovidas por associações, grupos, comunidades do Concelho da Murtosa. Para tanto, será necessário a existência de meios técnicos adequados para a execução de tais actividades.

#### 3.5.4.3. Departamento de Gestão ecológica.

Este departamento terá por função a manutenção das espécies animais e vegetais existentes no Biodomo e no jardim da Laguna, através de controle científico. Terá igualmente a responsabilidade da investigação científica na sua área específica.

#### 3.5.4.4. Departamento de documentação e de investigação.

Será responsável pela recolha de documentação e incentivo à investigação.

#### 3.5.4.5. Departamento de Imagem.

Cabe a este departamento avaliar e promover as relações do ecomuseu com o exterior, cuidando assim da sua imagem, definindo e executando as acções necessárias para o seu funcionamento.

#### 3.5.4.6. Departamento Comercial.

A este departamento cabe a responsabilidade por todas as actividades comerciais do ecomuseu, assegurando assim o funcionamento (directo ou por concessão) do hotel, da camarata, da cafetaria, do restaurante, da loja, da livraria e da editora do ecomuseu. Definindo, também, a política de preços dos serviços prestados pela instituição.

#### 3.5.4.7. Departamento para a sustentabilidade.

A missão deste departamento será a de apoiar as entidades públicas e privadas na identificação de oportunidades de colaboração, fomentando o desenvolvimento turístico, a melhoria de acessibilidade e transportes da Ria. Cabe-lhe ainda a função de estabelecer a política de prestação de serviços por parte do ecomuseu às entidades exteriores.

#### 3.5.4.8. Departamento de Gestão Operacional.

Cabe a este departamento a função de organização e planeamento da utilização dos espaços do ecomuseu, como sendo a planificação das visitas, ocupação dos alojamentos e assegurar o acesso aos Serviços e Circuitos.<sup>54</sup>

Parece-nos que toda a parte técnica-administrativa proposta como meio de organização da instituição ecomuseológica que se propõe criar na Murtosa é de extrema inovação.

O Projecto que alimenta a criação do Ecomuseu da Murtosa propõe a organização da instituição numa lógica de Serviços, Circuitos e Departamentos em nada conservadores ou meramente burocráticos. Ao contrário o que se apresenta é uma instituição flexível, dinâmica, atenta aos desafios que a contemporaneidade impõe à uma instituição cultural que se quer socialmente comprometida.

---

<sup>54</sup> Cf. Projecto do Ecomuseu da Murtosa. 2000.

### 3.6. UMA ANÁLISE REFLEXIVA SOBRE OS SERVIÇOS E CIRCUITOS.

Como anteriormente referido no Capítulo sobre «*Enquadramento Teórico: As bases da nova museologia*», no que diz respeito à definição e apropriação do território, consideramos que os «*Circuitos Ecomuseológicos*» são elementos centrais de qualquer unidade ecomuseológica, visto ser o ecomuseu é uma instituição organizada de forma polinuclear e assente na territorialidade. No Projecto de criação para o Ecomuseu da Murtosa, foram criados quatro circuitos, três dos quais se referem claramente à apropriação patrimonial e um quarto que diz respeito à apropriação espacial da Ria.

O centro de orientação de Aveiro faz parte da apropriação espacial, assim como os pólos ecomuseológicos. Os marcos desse cadastro espacial, do «*Circuito de Descoberta da Ria*», foram seleccionados entre as referências, provavelmente mais paradigmática, da própria Ria: os - sapais, praias de lodo. (...)-, a Reserva Natural de São Jacinto, o Forte Velho da Barra e seu conjunto arquitectónico, as Salinas da Troncalhada, o Núcleo Naval da Pesca do Bacalhau, o Cais da Feira do Moliço, os Moinhos de Santo André e São Romão, a Casa Gandareza e Azenha em Vagos, a Oficina Estaleiro da Associação dos Amigos da Ria e do Barco Moliceiro, em Ribeira de Pardelhas, bem como uma seca do Bacalhau a definir.

O Serviço de Transporte, referido no projecto, é em nosso entender um dos importantes recursos utilizados no processo de apropriação do território. Não basta apenas sugerir, o ecomuseu propõe-se oferecer aos seus utilizadores os serviços necessários para a sua apropriação e reconhecimento. Por isso, na ausência de vias de comunicação rodoviárias que eventualmente poderiam assumir essa função, é proposta a utilização dos meios tecnologicamente adaptados à natureza da Ria «*overcrafts*», pois os efeitos das marés, provocam a existência de larga faixa de lodo e de baixios que dificultam a navegação de embarcações convencionais. Estes equipamentos são mesmo propostos para transporte colectivos, o que

permitirá uma circulação rápida e confortável de número elevado de público. Também é proposta a utilização de «*overcrafts*» de quatro e cinco lugares em serviço de táxis e /ou aluguer, para maior autonomia na circulação dentro da Ria. Também é verdade que este meio de transporte «*overcrafts*» é reconhecidamente o menos poluidor e agressor a um meio ambiente tão frágil como a Ria.

O Circuito Ecomuseológico do Artesanato, assim como o dos Museus, definem um cadastro patrimonial que permite a apropriação simbólica de uma vasta região, na medida em que seu reconhecimento e fruição passam a ser definidos pela própria programação ecomuseológica. Neste particular, foram seleccionadas algumas aldeias e festas mais representativas da região para compor esse Circuito.

O Circuito destinado à Descoberta do Património Arquitectónico e Monumental tem, em nosso entender, aspectos que decorrem da apropriação patrimonial e espacial, na medida em que não se trata apenas do intangível, mas também materializam os marcos limitadores da área que o ecomuseu define como sendo sua propriedade.

### **3.7. PRESUPOSTOS DA FUNÇÃO PEDAGÓGICA: EXPOGRAFIA E SERVIÇO EDUCATIVO.**

Passamos agora à análise de duas áreas que merecem particular atenção nos programas de um ecomuseu e/ou museu local. Estas instituições têm como funções essenciais a função educativa e o processo de comunicação por meio dos bens patrimoniais musealizados.

#### **3.7.1. A Expografia no Contexto de um Ecomuseu.**

A expografia no contexto de um ecomuseu deve revelar, por um lado, a consciência clara das múltiplas formas que esta pode adoptar, desde a exposição tradicional recorrendo às técnicas museográficas descritas na generalidade dos manuais de museologia, até às formas mais inovadoras e orientadas para a sua leitura/fruição

mais elaborada; e, por outro lado, também o objecto museológico pode ser entendido com um valor em si ou como um suporte de um processo de comunicação.

Também devemos reflectir sobre a questão do entendimento do objecto museológico enquanto referência herdada e/ou enquanto referência criada e manipulada pelos indivíduos no presente.

Para além disso não podemos esquecer que estas evidências patrimoniais musealizadas, devem ser utilizadas de acordo com as suas múltiplas facetas e natureza. Neste sentido, lembramos que sobre a problemática do objecto herdado, Ulpiano Bezerra de Meneses sintetizou quatro pontos que possibilitam um melhor entendimento acerca do objecto museológico.

*Objecto fetiche<sup>55</sup>. - A característica mais comum do objecto na colecção e, portanto, do papel desempenhado na exposição é sua fetichização. Assim, a fetichização ou reificação consiste em deslocar atributos do nível das relações entre os homens e apresentá-los como se eles derivassem dos objectos, autonomamente. Ora, os objectos materiais só dispõem de propriedades imanentes de natureza físico-química: peso, densidade, textura, sabor, opacidade, forma geométrica, dutibilidade, etc. etc. Todos os demais atributos são aplicados às coisas. Em outras palavras: sentidos e valores (cognitivos, afectivos, estéticos e pragmáticos) não são sentidos e valores das coisas, mas sentidos e valores que a sociedade produz, armazena, faz circular e consumir, recicla, descarta, mobilizando tal ou qual atributo físico inerente às coisas (e, naturalmente, segundo padrões históricos, sujeitos à mudança)...*

*Objecto metonímico. - A metonímia (figura de retórica em que a parte vale pelo todo) está presente, com reiterada frequência -e riscos de deformação- nas exposições antropológicas e, em menor escala, históricas. O objecto metonímico perde seu valor documental, pois passa a*

---

<sup>55</sup> Grifo meu.

*contar com valor predominantemente emblemático. Imaginar-se que é possível, por intermédio de peças museológicas, expressar o "sentido" de determinado grupo ou cultura é ingenuidade em que os museus não poderiam cair: não é possível, decididamente, "exibir culturas"....Enquadra-se, aqui, o emprego do típico, do estereótipo, para fins de síntese - sempre redutora e com os riscos já conhecidos e denunciados, principalmente quando estão em cena objectivos tão suspeitos e problemáticos, como criar ou reforçar a identidade cultural: as simplificações sempre mascaram a complexidade, o conflito, as mudanças e funcionam como mecanismos de diferenciação e exclusão.*

Objecto metafórico. - *O uso metafórico do objecto, numa mera relação substitutiva de sentido, embora menos nocivo que o anterior, leva igualmente a exposição a reduzir-se a uma exibição de objectos que apenas ilustram problemas formulados independentemente deles. Ora, com isto perde-se o que seria vantagem específica do museu e seu recurso mais poderoso o trabalho com o objecto. Esta postura revela, assim, uma incapacidade de se defrontar com o objecto, de explorá-lo em seus próprios termos, em lugar de se preferirem os suportes verbais não só para formular os conceitos, mas também para expressá-los: nessa linha, esvazia-se consideravelmente a própria utilidade do museu.*

*Esta tendência, reveladora de despreparo, indolência ou desorientação, não é nova. Já na década de 70 do século passado, George Brown Goode, que foi um dos grandes directores do Museu de História Natural da Smithsonian Institution, dizia ironicamente que uma boa exposição didáctica é aquela que dispõe de uma colecção completa de legendas, caucionada aqui e ali por amostragens de espécimes naturais....*

Objecto no contexto. - *A consideração banal e corrente de que o objecto descontextualizado é objecto desfigurado,*

*tem colocado, legitimamente, a questão do contexto e a necessidade de introduzi-lo na exposição. Estranhamente, porém, não se tem visto qualquer esforço na conceituação do objecto. Por isso, tem-se tomado como solução imediata, pronta e acabada, e mera reprodução do contexto enquanto aparência, isto é, recorte empírico que, como tal, precisaria ser explicado, pois não é auto-significante. Esta confusão do dado empírico, do registro documental, com a informação elaborada, a síntese cognitiva, é responsável por um dos piores vícios alimentados por bons propósitos sem investimento intelectual. Pelo seu carácter insidioso e onipresente, conviria apontar mais claramente as suas insuficiências e distorções.*

*A primeira delas é que os objectos têm histórias, trajetórias e não há por que congelá-los arbitrariamente num de seus vários contextos. Em segundo lugar, a postura dominante ignora que o processo de transformação do objeto em documento que é, afinal, o eixo da musealização, introduz referências de outros espaços, tempos e significados numa contemporaneidade que é a do museu, da exposição e de seu usuário.... Esta complexa rede não é gratuita. Deve servir, fundamentalmente, para prevenir o museólogo contra as ilusões e burlas da contextualização e cenarização que ele pode indulgentemente construir.*

*Finalmente, e mais importante que tudo, a reprodução de contextos que são pura aparência, inverte o papel da exposição na produção de conhecimento: ao invés de partir destas relações aparentes para romper a unidade superficial daquilo que é apenas empiricamente verificável, mais profunda e substancial (embora não sensorialmente perceptíveis mas visualizáveis na exposição), ao invés deste esforço crítico e criativo, a exposição já de início reforça aquilo que a ação imediata dos sentidos pode fornecer, mascarando as articulações invisíveis porém determinantes. .(Meneses. 1992: 109-111)*

Esta abordagem profunda e problematizadora apresentada por Ulpiano nos inquieta na medida em que essa reflexão alargada das possibilidades de utilização e compreensão do objecto herdado nos permite – pelo fetiche, pela metonímia, pela metáfora, e/ou pelo contexto – alterar profundamente as razões e as intencionalidades que levaram algumas das referências de um dado período serem elevadas à categoria de património e posteriormente ser musealizado. Ulpiano revela a dificuldade em gerir e comunicar através de evidências do passado, implicando comprometimentos éticos e morais connosco, com os outros e com as memórias que impregnam essas referências patrimoniais que herdamos e nos compete salvaguardar nos nossos presentes.

A estes pontos apresentados por Ulpiano acrescentaríamos a proposta de Mário Moutinho de pensarmos outras categorias de evidências e referências patrimoniais. O desafio de Moutinho é nos levar a reflectir, não em termos dos objectos herdados mas em termos dos objectos criados:

*A museografia de que vamos falar parte do princípio de que é possível existir uma museografia em que o objecto não seja herdado mas sim criado escapando assim ao seu destino museológico.*

*Esta hipótese mais não é que o reconhecimento, tantas vezes sugerido de uma museografia que funciona como meio de comunicação não se restringindo ao simples serviço do Museu. Ao serviço do Museu, a museografia adapta-se e evolui de acordo com a introdução de novos meios, ou simples aperfeiçoamentos técnicos dos meios já usados: melhor iluminação, letragem, sinalética, interactividade entre outros. Mas a museografia como meio de comunicação visual pode utilizar e aprofundar a potencialidade comunicativa da FORMA, não herdada do objecto, mas sim criada para cada situação, sobretudo se tivermos em consideração como escreveu Pierre Francastel: «A percepção da obra de arte não se baseia*

*num processo de reconhecimento, mas de compreensão. A obra de arte, é o possível e o provável; ela nunca é a certeza»(6)*

*Parece-nos pois que fará sentido trazer ao mundo da museologia e em particular da museografia as experiências acumulada por gerações de escultores que têm imaginado, estudado, acarinhado e pensado o mundo das formas construídas.*

*Se procurarmos compreender o processo de evolução do trabalho dos escultores, ( ou daqueles que reconhecem a escultura como seu modo de comunicar) pelo menos durante este século, poderemos certamente aprofundar o conhecimento da criação e interpretação da FORMA. (Moutinho. 1994, 10-11.)*

Mário Moutinho nos propõe o desafio de comunicarmos, no cenário museológico, através de formas não herdadas mas criadas especificamente para a comunicação museológica. Na verdade o desafio é pensarmos em processos alternativos de comunicação capazes de dialogar sobre as questões que socialmente os novos museus estão comprometidos. O autor propõe uma expografia que seja meio de comunicação – directa, democrática, eficaz – capaz de despertar o interesse das pessoas em geral, não estando comprometida apenas com a instituição museal e a sua tutela. O autor induz à uma acção museológica criativa, dinâmica e comprometida com o tempo em que se vive.

Desta forma, também as condições de observação e realização de cada «visita» ao museu devem ser entendidas com grande cuidado, sobretudo se tivermos em consideração as questões já abordadas e que se prendem com a teatralidade e com a memória que cada um tem do «passado».

Rudolf Arheim (1994) resumiu essas preocupações mostrando-nos como as exposições em geral são feitas à revelia do evidentemente razoável, ou seja a memória.

---

*Longe de ser um registro mecânico de elementos sensórios, a visão prova ser uma apreensão verdadeiramente criadora da realidade - imaginativa, inventiva, perspicaz e bela....Toda a percepção é também pensamento, todo o raciocínio é também intuição, toda a observação é também invenção. A forma de um objeto que vemos, contudo, não depende apenas de sua projecção retiniana numa dado momento. Estritamente falando, a imagem é determinada pela totalidade das experiências visuais que tivemos com aquele objeto ou com aquele tipo de objeto durante toda a nossa vida. (Arnheim. 1994: 40)*

Os patrimónios musealizados e usufruídos pelos utentes/visitantes dos museus não podem ser entendidos fora do universo das experiências e experimentações pessoais e colectivas. Isso implica que cada utente/visitante exigirá da instituição museal «*inputs*», códigos, negociações e ritualidades diferentes.

Deve-se ter em atenção que nos museus a ritualidade normalmente está trabalhada em, pelo menos, dois elementos: na arquitectura e na expografia. A ritualidade expressa na arquitectura já foi trabalhada nesta dissertação no Capítulo 1 e por isso reservamos maior atenção, neste momento para reflectirmos sobre a expografia, mais comumente denominada por museografia.

A ritualidade no contexto museológico trabalhada através da expografia retira a função quotidiana do objecto e atribui-lhe uma outra função que é a função estética:

*A museografia esteticista não expulsa a cerimonialidade do museu. Cria outro tipo de ritual, não o que dava sentido social a essas peças, mas o desses templos laicos fundados para celebrar a supremacia do olhar culto. A solenidade dos edifícios, a complexidade das mensagens que transmitem e as dificuldades para entendê-los obrigam a atuar neles como quem representa docilmente um texto dramático, que prescreve a maneira pela qual o visitante*

---

*deve mover-se, falar, e sobretudo, calar, se quiser que sua ação tenha sentido. (Garcia Canclini. 1999: 174-175)*

Esse tipo de museu, que procura trabalhar com a informação contextual como forma de exaltação do passado, contribuiu, num dos momentos da história dos museu e da cultura, de um lado para aproximar as culturas e promover o reconhecimento da existência de uma história universal comum; por outro lado para gerar uma uniformização da cultura que procura esconder as contradições sociais presentes no momento de produção e do uso desse objecto.

A opção pela expografia esteticista serve a contemplação e a alienação e não consegue fazer-nos conhecer o outro:

*A fascinação frente a beleza anula o assombro frente ao diferente. Pede-se a contemplação, não o esforço que deve fazer quem chega a outra sociedade e precisa aprender sua língua, suas maneiras de cozinhar e de comer, de trabalhar e alegrar-se. Esses museus servem pouco para relativizar os próprios hábitos, porque não se parecem com o antropólogo que ao ir para outro grupo se descentra de um universo; assemelham-se mais ao computador ou ao vídeo que trazem a informação para nossa casa e a adaptam aos esquemas conhecidos. Entregam aos familiarizados com a estética culta uma visão doméstica da cultura universal. (Garcia Canclini. 1999: 175)*

A expografia deve ser entendida como um dos momentos mais forte de comunicação que se estabelece entre o museu e o visitante/ utilizador e não apenas como um conjunto de artefactos colocados numa sala de acordo com um conjunto de técnicas e manuais de museografia. É cada vez mais importante a utilização dos recursos técnicos para a promoção e valorização do espaço museológico como espaço de fruição, aprendizagem e, essencialmente, comunicação.

Outra técnica de igual importância para os museus contemporâneos é a documentação museológica, a qual, em virtude

das transformações conceptuais da museologia teórica, passa também por mudanças que sobressaem principalmente na forma de compreender, estudar e actuar sobre o «*Objecto museológico*», seu registo e sua utilização enquanto documento.

Na museologia, a documentação tem sido entendida nos últimos anos como o sistema de recuperação de informação capaz de transformar o bem cultural em fonte de pesquisa científica e em instrumento de produção do conhecimento. Vânia Dolores Oliveira (1994) ratifica essa ideia quando compreende a documentação como a função de base para todos os outros processos que tem lugar na instituição museológica:

*Função básica pois dela dependem a conservação, a exposição, a restauração e as atividades educativas. As atividades de documentação são portanto atividades meios e não atividades fins. (Oliveira. 1994;01).*

Ao entendermos que o objecto museológico contém significados e informações passíveis de registo, de estudo, de interpretações e reinterpretações, a documentação museológica deixa de representar um fim em si mesma passando a ter um papel fundamental para os demais processo museológicos.

Este novo olhar acerca do museu, entendendo-o enquanto vector de comunicação, pesquisa, educação e desenvolvimento está directamente ligado a elaboração e divulgação dos Documentos de Santiago, Quebeque, Oaxtepec e Caracas. Esses documentos foram de grande importância para a documentação museológica, na medida em que estabeleceram e legitimaram um novo fazer museológico pautado pela participação comunitária, pela discussão e promoção de um novo conceito de património e bem cultural, passando por novas categorizações de museus.

Ao redefinir o conceito de instituição museológica, museologia, e património, esses documentos fomentaram e fomentam nos profissionais contemporâneos a necessidade de repensar o fazer documental em toda a sua abrangência museológica. Isso fez pensar num novo sistema documental mais adequado ao

novo fazer museológico. Este sistema passa então a ser entendido como a elaboração e sistematização de técnicas e suportes documentais destinados a atender as necessidades de inventariação, pesquisa e acção do museu.

Para a elaboração deste sistema existem regras básicas, definidas pelas instituições Internacionais de museologia e documentação museológica, como por exemplo o ICOM/ CIDOC, assim como vários suportes documentais que se destinam à recolha e organização de informações acerca do património cultural trabalhado pelo museu.

É fundamental a existência de um sistema museológico documental em todas os museus, por ser ele a base de sustentação para as demais acções museológicas. Muitas vezes, a falta de um sistema documental eficaz nos pequenos museus compromete o futuro deste tipo de instituição museológica. Desta forma, é da maior necessidade a criação de um sistema documental que pautado, numa política coerente de aquisição e intervenção, atenda as necessidades deste tipo de museu e sua comunidade e seja capaz de apoiar os processos de investigação e comunicação.

### **3.7.2. Os Serviços Educativos no Contexto de um Ecomuseu.**

O projecto apenas refere o seguinte texto: *“Dada a importância que a componente escolar tem em ou deverá ter em qualquer programação museológica este serviço terá por função a planificação, animação e aprofundamento da relação do museu com a comunidade escolar – primário, secundário e superior.”* (Projecto do Ecomuseu da Murtoza. 2000: 48)

Acreditamos que em relação a este assunto o projecto tratou a questão de forma redutora pois não tomou em conta o pensamento dos educadores contemporâneos, e em especial de Paulo Freire que é considerado pela generalidade dos museólogos como o educador que mais adequação encontra no campo da nova museologia. Assim, um ecomuseu que conceba um serviço Educativo e não leve em consideração a teoria de Paulo Freire peca, de certeza, ao negligenciar toda a sua contribuição para a museologia

contemporânea. Destacamos, por isto, alguns conceitos que nós consideramos essenciais e de fundamental importância para entender a teoria pedagógica de Paulo Freire e a sua posterior aplicabilidade à museologia.

As actividades educativas num museu fazem parte do universo do conhecimento, ao contrário essas actividades serviriam apenas à doutrinação. Toda a actividade educativa num museu deve estar comprometida com o conhecimento, a comunicação, a fruição, o lúdico, o afectivo, a curiosidade. Mas acima de tudo é preciso não confundir informação com conhecimento, pois o conhecimento e a verdadeira acção educativa pressupõem que o museu reconheça o visitante/utilizador como sujeito pensante e actuante na sua própria formação e apreensão das referências patrimoniais.

Paulo Freire trabalha os conceitos de Educação Bancária e Educação Problematizadora e Dialógica, delineando o perfil do Opressor e do Oprimido numa concepção pedagógica marcadamente diferenciadora de uma acção pedagógica elitista. Na sua concepção o autor defende a educação como um momento do processo de humanização, e nesta relação entre a educação e a humanização Freire conceptualiza uma educação bancária em oposição a uma educação libertadora.

Ainda segundo a sua concepção, a comunicação é um dos elementos básicos para uma educação dialógica, posto que a comunicação baseia-se na reciprocidade de pensamentos dos sujeitos cognoscentes, onde não há espaço para que um ser passivo «receba» o conhecimento que lhe é “estendido” por outros sujeitos.

Uma das características da educação libertadora concebida por Paulo Freire é a negação do entendimento do educando como mero receptor de conhecimento. Uma educação caracterizada pela dialogicidade e pela problematização libertadora é o processo no qual o educando e o educador buscam construir as bases para o conhecimento, juntos e de forma harmoniosa.

Em oposição, Freire caracteriza a Educação Bancária como o processo no qual a educação é vista como o acto de depositar, de transferir e de manipular conhecimentos. É uma educação que

reflecte a sociedade opressora, ratifica a “cultura do silêncio” e a contradição entre as classes sociais.

Neste contexto, o educador exerce o papel do alienador, aquele que se julga sábio em sobreposição dos que nada sabem, aquele que ao invés de comunicar faz comunicados, que tenta depositar o seu conhecimento no educando como se este fosse uma conta bancária, que “ouve” pacientemente, memorizando e repetindo. O educador, no contexto da educação bancária, é aquele que reconhece na absolutização da ignorância do educando a razão da sua existência. Nesse tipo de educação não há espaço para o diálogo, para a discussão e a reflexão críticas; por ser aquela que tem por finalidade manter a divisão entre os que sabem e os que não sabem. Assim, nas palavras de Freire, a educação bancária é aquela na qual:

*(...) o educador é o que opta e prescreve sua opção, os educandos, os que seguem a prescrição; o educador é o que actua, os educandos, os que têm a ilusão de que actuam, na actuação do educador; o educador escolhe o conteúdo programático, os educandos, jamais ouvidos nesta escolha, se acomodam a ele; o educador identifica a autoridade do saber com sua autoridade funcional, que opõe antagonicamente à liberdade dos educandos; estes devem adaptar-se às determinações daquele; o educador, finalmente, é o sujeito do processo, os educandos, mero objectos. (Freire. 1970: 59)*

Tentando trazer essa reflexão sobre a educação bancária para o campo da museologia, podemos identifica-la em muitas instituições museológicas que tiram ao visitante/ utilizador o direito a um pensar crítico e utilizam nas suas actividade a antidialogicidade como escudos de protecção em relação ao potencial criativo e interventor da comunidade e como forma de manter inalterada a sua política cultural elitista. A acção antidialógica está directamente ligada à invasão cultural que, assim como a manipulação e o paternalismo, também serve como instrumento de

conquista. No campo oposto, o diálogo apresenta-se como a essência de qualquer acção museológica educativa que aponte para um processo de busca, pois não há diálogo quando não existe a busca pela transformação.

O diálogo para Paulo Freire estabelece-se numa relação horizontal e caracteriza-se pelo respeito pleno pelo educando. Não apenas pelo respeito enquanto indivíduo, mas acima de tudo enquanto expressão de uma prática social que se vai fortalecendo à medida que o diálogo se vai tornando mais crítico e reflexivo. Através do diálogo o educando vai-se transformando num ser que passa da consciência ingénua à uma consciência crítica. É o caminho de sua auto-afirmação enquanto agente transformador.

*Ao fundar-se no amor, na humildade, na fé nos homens, o diálogo se faz uma relação horizontal, em que a confiança de um polo no outro é consequência óbvia. Seria uma contradição se, amoroso, humilde e cheio de fé, o diálogo não provocasse este clima de confiança entre seus sujeitos. Por isto inexistente esta confiança na antidialogicidade da concepção “bancária” da educação” (Freire. 1970: 81)*

A concepção do diálogo como elementos essencial no processo educativo surgiu para Paulo Freire durante a década de 60 como forma de dar aos adultos analfabetos, e portanto marginalizados, o direito à palavra, o direito à participação na construção de uma nova sociedade. É com base nesse pensar que o diálogo passa a ser um dos elementos marcantes na relação que se estabelece, a partir da década de 70, entre museu e comunidade e que se materializa através dos vários projectos de acções sociais, comunitárias e educativas que têm como promotores, na generalidade dos processos, os pequenos museus locais e os ecomuseus de desenvolvimento.

Paulo Freire, enquanto defensor de uma pedagogia para a liberdade, propunha uma educação emancipadora que capacitasse os seres humanos para a apreensão crítica da realidade e para a sua

intervenção no processo social. Realidade esta caracterizada pela dialéctica da estabilidade e da mudança, onde o agente transformador é o ser social, agora entendido enquanto sujeito que age, pensa, reflecte, que é dotado de consciência crítica e poder transformador.

A educação ou acção museológica educativa surge como uma prática reflexiva que leva ao aprofundamento da tomada de consciência e sua consequente inserção na história, figurando os(as) homens/mulheres como autores desta transformação.

Como prática da liberdade a educação busca a apreensão do conhecimento. A comunicação, que é um dos elementos do entendimento da educação como prática da liberdade, é um acto da dialogicidade. Comunicação pressupõe a presença de, no mínimo, dois sujeitos pensantes; o sujeito pensante, nesta perspectiva, não pode pensar sozinho, pois necessita da co-participação dos outros sujeitos no acto de pensar sobre os objectos.

*A educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores, que buscam a significação dos significados.*  
(Freire. 1977: 69)

Comunicar, no âmbito da acção museológica e educativa, significa dialogar, o que pressupõe reciprocidade de sujeitos; significa além da troca de saberes e experiências, o acto de conhecer, de trocar experiências e acima de tudo de buscar o desenvolvimento pessoal e colectivo de forma integrada e harmoniosa.

Tratar de comunicação e educação no âmbito do processo museológico implica necessariamente, falarmos de educação patrimonial e abordar a problemática da educação patrimonial implica o abandono, ou pelo menos uma menor ênfase, dos métodos pedagógicos da educação formal visto que a educação patrimonial se insere num processo de descoberta e aquisição de conhecimento através da reflexão crítica e, acima de tudo, da experimentação.

Os métodos tradicionais e formais de educação podem ser questionados, nesta perspectiva, como forma de buscar a direcção de

uma educação que possibilite ao indivíduo conhecer-se a si mesmo e a realidade sócio cultural na qual ele está inserido.

O primeiro instrumento para esse conhecimento é a educação e logo a seguir encontra-se o património e a cultura como os suportes estruturais que capacitam o indivíduo para a sua inserção no grupo social (pela consciência que advém desse processo do seu verdadeiro papel dentro do grupo). Desconhecer o contexto social e cultural que estamos inseridos gera uma ambiguidade na percepção das relações do indivíduo com o meio.

É nesse panorama, no qual se desenvolve a busca pela identidade e inserção social, que a educação patrimonial é fomentada.

Entendemos a educação patrimonial como um método activo e permanente de ensinar os indivíduos (adultos e crianças) a aprender a conhecer o património através da experimentação, do diálogo, da informação e da discussão.

A metodologia da educação patrimonial, baseada no diálogo e na indagação activa, visa facilitar a aprendizagem mútua que se desencadeia por meio das memórias e experiências compartilhadas, da herança patrimonial e do próprio património colectivo, facilitando a relação do indivíduo com o grupo e com o meio ambiente.

De forma geral, o museu tem sido o espaço no qual se estrutura o arcabouço teórico sobre o património e a educação patrimonial/ambiental, onde surgem experiências no sentido de uma aprendizagem direccionada para o conhecimento e a experimentação do património cultural.

A educação ambiental, por sua vez, é provavelmente aquela que está direccionada para a resolução de problemas concretos:

*Trata-se de que os indivíduos, qualquer que seja o grupo da população a que pertençam e o nível a que se situem, percebam, claramente, os problemas que restringem o bem-estar individual e colectivo, elucidem as suas causas e determinem os modos de resolvê-los. Deste modo, os indivíduos estarão em condições de participar na definição colectiva de estratégias e actividades encaminhadas para*

---

*eliminar os problemas que repercutem na qualidade do meio ambiente. (UNESCO, 1980)<sup>56</sup>*

Os valores de cariz ambiental podem ser induzidos por diferentes meios e não apenas através de processos educativos formais. Estes valores vão desde a consciência e os princípios ecológicos (comportamentos de apropriação harmónica com a natureza), até aos direitos culturais e colectivos que estão relacionados com os interesses sociais que se voltam para a reapropriação da natureza e a redefinição de estilos de vida.

A consciência desses valores implica uma politização que está cada vez mais presente nos projectos educativos não formais realizados com a comunidade pelos grupos ecológicos, os quais estão directamente ligados à defesa do meio ambiente (através de acções de informação, promoção, divulgação e discussão), à apropriação social da natureza e à autogestão dos seus recursos produtivos. Desses projectos resulta a educação ecológica inspirada na pedagogia do oprimido e do marginalizado (Freire, 1977) e, renovada pelos princípios de sustentabilidade e diversidade cultural.

*(...) A educação ambiental promove a construção de saberes pessoais que são a inscrição de subjetividades diversas na complexidade do mundo. Este conhecimento pessoal é construído em um processo dialético de confronto com a realidade e de diálogo com o outro (com os outros), que dá consistência e coerência ao saber, além de confrontar interesses, muitas vezes contrapostos, mas inseridos nos saberes pessoais e coletivos do mundo. Neste sentido, o conhecimento complexo não se dá somente nas interrelações de um ambiente extremo, mas em tensão com a outricidade; ele confronta a objectividade do*

---

<sup>56</sup> Do original: Se trata que los individuos, cualquiera que sea el grupo de la población al que pertenezcan y el bienestar individual o colectivo, dilucidem sus causas y determinem los medios que pueden resolverlos. De este modo, los individuos estarán en condiciones de participar en la definición colectiva de estrategias y actividades encaminadas a zanjar los problemas que repercutem en la calidade del medio de estrategias y actividades encaminadas a zanjar los problemas que repercutem en la calidade del medio ambiente (UNESCO, 1980)

---

*conhecimento com as formas de cada cultura, gerando um processo crítico que concretiza e enraíza o conhecimento nos saberes individuais e coletivos. (Leff. 1999: 121)*

Portanto, a educação patrimonial de abrangência ambiental insere-se dentro de um processo estratégico e estimulante na busca da reconstrução colectiva e da reapropriação do saber.

Os museus devem ter em conta, igualmente, a questão da interdisciplinaridade no campo ambiental, o que implica a construção e articulação de novos saberes, técnicas e conhecimentos e a sua posterior incorporação como conteúdos integrados no processo de formação: O ensino interdisciplinar no campo do ambiente requer para Leff (1999) a existência de um processo contínuo de autoformação, assim como um processo de formação colectiva da equipa de professores e de mediadores.

*Em geral, a epistemologia e a metodologia das ciências não foram incorporadas nos programas de estudos das “ciências ambientais”. Para isto seria necessário elaborar formas de avaliação qualitativa dos métodos da complexidade da ciência pós-normal aplicados à educação ambiental, desobrigando-a dos princípios da ciência positiva. (Leff. 1999, 116)*

Dessa forma, não se pode pensar o saber ambiental como algo pronto e acabado, mas sim como um processo educativo que fomenta a construção de significados e de conceitos, reflectindo na formação de novos actores sociais que passam a ter a tarefa de construir um futuro, de impacto patrimonial, mais democrático e consciente da diversidade.

Ao seguirmos o raciocínio de Enrique Leff, podemos compreender as questões referentes ao meio ambiente que no projecto da Murtosa está concretizado através do serviço dedicado ao Centro de Lazer e Interpretação da Vida marinha, o qual, para melhor atender as necessidades dos seus utilizadores, deverá ter em atenção algumas das preocupações do referido autor.

A questão ambiental emerge como uma crise da sociedade, que se pode caracterizar pelos limites do crescimento e a construção de novos modelos de produção sustentável; o fraccionamento do conhecimento; a emergência da teoria de sistemas e do pensamento da complexidade; o questionamento acerca do poder do Estado e do mercado; e as reivindicações cidadãs por processos democráticos de equidade, justiça e participação democrática.

A mudança dos paradigmas sociais leva, conseqüentemente, à transformação da ordem económica, política e cultural, que por sua vez só ocorre acompanhada pela transformação dos comportamentos e consciência dos indivíduos.

*Neste sentido, a educação se converte em um processo estratégico com os propósitos de formar os valores, as habilidades e as capacidades para orientar a transição na direção da sustentabilidade. (Leff, 1999: 112)*

De acordo com o Programa Internacional de Educação ambiental UNESCO/PNUMA, a educação ambiental deve fundamentar-se em dois princípios básicos, a saber:

*1-Uma nova ética que orienta os valores e comportamentos para os objetivos de sustentabilidade ecológica e a equidade social; 2- Uma nova concepção do mundo como sistemas complexos, reconstituição do conhecimento e o diálogo de saberes. Neste sentido, a interdisciplinaridade se converteu em princípios metodológicos privilegiado da educação ambiental (UNESCO, 1980).*

Na educação confluem os princípios da sustentabilidade, da complexidade, e da interdisciplinaridade. Indubitavelmente as orientações e conteúdos dos programas de educação ambiental dependem das estratégias de poder implícitas nos programas de sustentabilidade e no campo do conhecimento.

Para além dos conceitos freirianos e da problemática da educação ambiental, que podem e devem ser tomadas em

consideração na elaboração da actividade educativa do ecomuseu, devemos referir que estes se podem e devem aplicar, igualmente, às diferentes funções de acção pedagógica que um museu pode desenvolver.

O serviço educativo de qualquer ecomuseu deverá ter em conta a existência dos três processos educativos diferenciados e específicos, já tratados e pelas Ciências da educação desde a Segunda metade do século XX: a educação formal, a educação não formal e a educação informal.

Em princípio, toda e qualquer instituição museológica/ecomuseológica define-se como um órgão cultural que tem por função a educação, encontrando-se, portanto, situado entre as possibilidades que todo indivíduo possui de buscar “aumentar” seus conhecimentos e de desfrutar as colecções, actividades e serviços. Sendo assim, normalmente é entendido como espaço no qual se desenvolve a educação informal. No entanto essa pode ser, em muitos casos, uma dedução por demais apressada, visto que a “riqueza” e potencialidade dos museus/ecomuseus no campo da educação fazem com que estes possam actuar em diversos momentos e com variados objectivos. As diferenças manifestam-se através do uso que é dado ao museu, dos seus objectivos e actividades e mesmo pela definição de público/utilizador, assim como das consequentes condições de utilização, fruição, interesse e objectivos que o museu proporcione e que o visitante/utilizador possa vir a ter.

Não é possível estabelecer de forma apressada e generalizada o universo educativo dos museus, visto que esse universo, para além de muito amplo, apresenta características bastantes específicas de caso para caso. Algumas vezes pode implicar uma participação directa, noutras pode actuar de forma indirecta e/ou informal na aprendizagem e conhecimento do cidadão.

Um dos grandes desafios de um serviço educativo numa instituição museológica é de descobrir e maximizar o seu verdadeiro potencial educativo da forma mais apropriada, podendo assim actuar como instrumento para o desenvolvimento (individual ou colectivo).

São muitas as possibilidades de se “apropriar” do património cultural e dos conteúdos de memória e de herança cultural por serem

variadas as potencialidades educativas dos museus. Elas vão desde o desenvolvimento da sensibilidade do gosto estético, até à participação, conhecimento e desenvolvimento de um olhar crítico.

Partindo da análise de María del Carmem Valdés Sagüés no seu livro «*La difusión cultural en el museo: servicio destinado al gran público*», a educação no museu pode ser percebida através de três processos:

- educação no âmbito de uma educação formal –Um instrumento de aprendizado;
- educação no âmbito de uma educação não formal –A actividade cultural, sistema específico de difusão;
- educação no âmbito de uma educação informal –A exposição, um meio de comunicação.<sup>57</sup>

#### 3.7.2.1. Educação no âmbito de uma educação formal –Um instrumento de aprendizado.

Entende-se, geralmente, por educação formal a educação desenvolvida por um sistema educativo regular, que está estruturada institucionalmente, cronologicamente graduada e organizada de forma hierárquica. É a educação que ocorre desde o ensino pré-escolar até ao final do ensino universitário.

Este tipo de educação no museu surge normalmente ligada às visitas programadas (visitas escolares, de estudo, guiadas) e caracteriza-se por serem actividades formais, na sua maioria relacionadas com os programas curriculares das escolas. Essas visitas são, na sua generalidade, programadas pelos professores ou educadores do museu, sendo eles quem decide o conteúdo da visita de acordo com o programa escolar e aquilo que o museu pode oferecer.

Esta acção educativa tem por objectivo reforçar determinados aspectos dos programas escolares e reafirmar certos

---

<sup>57</sup> Cf.: VALDÉS SAGÜÉS, María del Carmem. *La difusión cultural en el museo: servicio destinado al gran público*. 1999: 84-86.

conhecimentos. A visita serve para apoiar visualmente aquilo que já é conhecido ou que está em fase de aprendizagem.

Um dos aspectos deste tipo de visita ao museu é que, em alguns casos, a responsabilidade de acompanhar os alunos durante a visita fica a cargo do museólogo, desobrigando assim o professor dessa actividade.

Na generalidade dos museus tradicionalmente instituindo, grande parte do seu público é formado pelo público escolar. Assim sendo, é através da visita programada que grande parte dos museus estabelece a sua acção educativa, logo, é através das visitas escolares que o museu é utilizado como instrumento organizado de aprendizagem, facto que requer objectivos e técnicas pedagógicas específicas que se adequem à presença de grupos organizados no espaço museológico.

### 3.7.2.2. Educação no âmbito de uma educação não formal –A actividade cultural, sistema específico de difusão.

A educação não formal é definida como uma sistema educativo paralelo ao sistema formal. É um sistema que inclui toda a actividade educativa organizada e sistematizada fora do sistema formal de ensino, assumindo assim determinados tipos de aprendizagem de grupos e subgrupos de uma população. Essa actividade tanto pode estar destinada a adultos quanto a crianças.

As actividades de educação não formal são, na sua generalidade, independentes, não formando assim um sistema como a educação formal. A educação informal tem sido aplicada por grupos diversos com o objectivo de potenciar o processo de aprendizagem não formal.

Esta acção educativa no museu é destinada a um público/utilizador variado e disperso e que voluntariamente procura o espaço museológico no seu tempo livre. Para essas pessoas é necessário um conjunto de actividade, informações e recursos variados que ultrapasse os limites da exposição.

A educação não formal aparece no museu como uma acção organizada e estruturada para “atingir” grupos específicos da comunidade. Actualmente, os museus têm procurado disponibilizar

diversas actividades e serviços que proporcionem aos seus visitantes uma educação de cunho não formal, como ciclos de conferências, debates, cursos e atelier. São actividades educativas com programação flexível, sem exigências académicas e que podem ser usufruídas livremente por qualquer cidadão.

### 3.7.2.3. Educação no âmbito de uma educação informal –A exposição, um meio de comunicação.

A educação informal é entendida como o processo de aprendizado que dura toda a vida e no qual o indivíduo adquire conhecimentos e habilidades diversas. É um modo de educação que não possui métodos nem está sistematizado, sabendo-se que, em algumas ocasiões, nem mesmo é intencional.

A educação informal no museu apresenta-se numa relação profunda de comunicação estabelecida entre o museu- o património- e o visitante. Relação que pode extrapolar da mera contemplação através do estímulo ao utilizador em participar activamente das actividades do museu através do seu potencial criativo, interventivo e problematizador.

Essa acção educativa pode também ocorrer no museu através do seu meio característico de comunicação: a exposição, que funciona como um marco da educação informal no museu por ser um eficaz elemento mediador existente entre o património e o visitante, funcionando assim como o elemento que possibilita a apreensão de novas informações.

A exposição é o serviço que está disponível a todos os visitantes, sem necessidade destes estarem integrados a grupos e cursos.

## **3.8. DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO E PROSPECTIVO DO PROJECTO DO ECOMUSEU DA MURTOSA.**

Acreditamos que o planeamento estratégico nos pode ajudar a entender melhor o Projecto do Ecomuseu da Murtosa e, em consequência, a nos fornecer mais elementos de análise para a melhor compreensão da nossa própria dissertação, na medida em que

propõe uma prospecção do futuro a partir do presente. O futuro, aqui, passa a ser entendido como uma construção a partir do presente.

Entender o que pode e deve ser o planeamento passa inicialmente pelo conhecimento de algumas definições. Com efeito, referimo-nos a projecção, previsão e prospectiva. Em relação a estas questões Michael Godet, no seu importante texto intitulado “Manual de prospectiva estratégica: da antecipação á acção”, diz-nos que:

*Uma **projecção** é o prolongamento no futuro de uma evolução passada segundo certas hipóteses de extrapolação ou de inflexão de tendências. Uma projecção só constitui uma previsão se contiver uma probabilidade.*

*Uma **previsão** (ler pré-visão; ver antes) é a avaliação, com um certo grau de confiança (probabilidade) da evolução de uma grandeza num dado horizonte. Trata-se mais das vezes, de uma avaliação cifrada a partir de dados do passado e sujeita a certas hipóteses.*

*Uma **prospectiva exploratória** é o panorama dos futuros possíveis (futuríveis), isto é, dos cenários não improváveis, tendo em conta o peso dos determinismos do passado e da confrontação dos projectos de actores. Cada cenário (jogo de hipótese coerentes) da prospectiva pode ser objecto de uma apreciação cifrada, isto é, de uma previsão. (Godet. 1997: 33-34)*

O Planeamento baseado sobretudo na última definição pode ser melhor entendido como uma prospectiva normativa que consiste em conceber um futuro e os meios e estratégias de o atingir.

Antecipar e projectar o futuro pressupõe, até certo ponto, o conhecimento do passado e da realidade presente. Aqueles que ignoram o passado, as suas referências e influência no presente não conseguem antecipar os futuros possíveis pois a maioria dos acontecimentos destinados a produzir-se possuem suas bases de sustentação no passado. Michael Godet (1997) diz-nos que a retrospectiva é um elemento indispensável para projectar o futuro na medida em que:

*Se a história não se repete, os homens conservam, ao longo do tempo, perturbadoras semelhanças de comportamento que os levam, colocados perante situações comparáveis, a reagir de maneira quase idêntica e, portanto, previsível. Assim, há lições esquecidas no passado, ricas de ensinamentos para o futuro. (Godet. 1997: 40)*

A descrição do futuro e do caminho que lhe está associado constitui um cenário. Uma das formas de planejar o futuro passa justamente pela construção de cenários, entendido aqui como um meio de representar a realidade futura. Na cenarização é fundamental colocar as questões correctas, formular hipóteses do futuro, analisar a coerência e a verosimilhança das combinações possíveis. O testemunho da realidade e a preocupação de eficiência devem orientar a reflexão prospectiva para um melhor domínio e utilização daquilo que se conhece da história. “*É assim que os cenários só têm credibilidade e utilidade se respeitarem quatro condições: a pertinência, a coerência, a verosimilhança, e a transparência*”. (Godet. 1997: 41)

O método dos cenários para o planeamento estratégico foi elaborado entre os anos de 1974 e 1979 e a sua construção deve-se a combinação da lógica intelectual do método dos cenários desenvolvidos no início dos anos 70 com os instrumentos de análise sistemática desenvolvidos, na sua grande maioria, nos Estados Unidos durante os anos 50 e 60. O método dos cenários consiste em acções que se encadeiam logicamente e que podem ser identificadas como: acções de retrospectiva, estratégias de actores, análises de sistemas e a elaboração de cenários. No entanto a palavra cenário foi introduzida na prospectiva por H. Kahan em meados dos anos 70. O Método dos Cenários é formado por duas fases: a construção da base e a elaboração de cenários que conduzam ao estabelecimento de previsão.

Uma outra forma de trabalho na área do Planeamento Estratégico é a construção da matriz SWOT (*Strength*: forças ou pontos fortes, *Weaknesses*: fraquezas ou pontos fracos, *Opportunities*: oportunidades e *Threats*: ameaças) a qual consiste em

relacionar os **pontos fortes** e **fracos** de um cenário com as principais tendências do seu meio envolvente, procurando produzir medidas alternativas para lidar com as **oportunidades** e as **ameaças** identificadas.

A matriz SWOT insere-se no planeamento através do diagnóstico estratégico e prospectivo. A abordagem clássica dividiu esse diagnóstico em **diagnóstico interno**, que tem por objectivo identificar os trunfos e desvantagem de um cenário, e em **diagnóstico externo**, que tem como objectivo avaliar as ameaças e oportunidade que provém da envolvente externa.

*As ameaças constituem sempre oportunidades latentes. A evolução do meio envolvente reflecte-se continuamente em novas tendências que, por definição, representam oportunidades para as empresas que as souberem aproveitar. A questão-chave não é pois identificar a natureza do impacte da tendência, mas sim perceber como a tendência pode ser explorada pela empresas em benefício próprio. (Freire. 1997: 143)*

Adriano Freire diz-nos que uma ameaça potencial só não pode ser transformada em potencialidade se existirem três elementos:

- a) deficiência de pensamento estratégico: caracterizada pela falta de visão estratégica para identificar as oportunidades latentes;
- b) insuficiências de competência: aqui existe visão estratégica para identificar as oportunidade, mas não se consegue explorar as competências pela escassez de recursos;
- c) Atraso no aproveitamento da oportunidade: existe a visão estratégica e as competências para explorar as oportunidades, mas a acção não é atempada.

Com base nessas reflexões elaboramos e apresentamos de seguida uma matriz SWOT como forma de proceder a uma diagnóstico (interno e externo) da envolvente do Projecto do Ecomuseu da Murtoza e que apresentamos a seguir:

**Matriz nº 1: Matriz SWOT**

| <b>Pontos Fortes</b>  | <b>Pontos Fracos</b>  |
|---|---|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• conjunto articulado de serviços: alojamento, transporte, serviços lúdicos, educativos, qualificação profissional;</li> <li>• enquadramento ambiental que tem haver com o espaço lagunar, a linha de costa, o ecossistema específico (inclusive classificado como Zona de Protecção Especial), proximidade com a Reserva Natural de São Jacinto;</li> <li>• diversidade dos recursos patrimoniais, nomeadamente: património paisagístico, arquitectónico, etnográfico, histórico, arqueologia submarina;</li> <li>• existência de uma estrutura conceptual no qual o projecto se pode sustentar;</li> <li>• o projecto possui um modelo e soluções com base no desenvolvimento sustentável;</li> <li>• carácter polifacetado do projecto possibilita o equilíbrio financeiro da instituição</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ apresentação dos serviços desenvolvidas de forma insuficiente</li> <li>▪ acessibilidade rodoviária não resolvida</li> <li>▪ existência de serviços turísticos de baixa qualidade;</li> <li>▪ baixa qualidade dos serviços museológicos prestados na região</li> </ul>                                      |
| <b>Oportunidades</b>  | <b>Ameaças</b>  |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• entendimento aberto da Câmara Municipal de que a museologia serve para o desenvolvimento;</li> <li>• existência de um quadro comunitário de apoio financeiro para a abertura do museu;</li> <li>• apetência generalizada de largo extracto da sociedade para o lazer e turismo de parceiros locais como projecto em consonância com as orientações da Câmara;</li> <li>• A inserção no panorama museológico nacional como uma instituição museológica com um conjunto bem articulado e definido de serviços e de departamentos;</li> <li>• Presença de equipamentos relevantes, como: alojamento de grupos, hotel, escolas, espaços lúdicos, espaços expositivos, auditórios, etc...</li> <li>• existência, durante o período estival, de várias opções de alojamento na região;</li> <li>• existência de tradições culturais e populares (festas religiosas, romarias, festivais de música, festivais de poesia...)</li> <li>• inexistência, no quadro nacional, de outros modelos de referência</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ carência de pessoal qualificado;</li> <li>▪ adopção de modelo de gestão não-participativa;</li> <li>▪ necessidade de precisar recorrer a utilização de mão-de-obra exterior;</li> <li>▪ inserção do museu numa região com débil qualidade do desenvolvimento dos serviços turísticos na região.</li> </ul> |

Fonte: Judite Primo, 2000.